



TERMO DE REFERÊNCIA 06/2022

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia para atender a demanda do Departamento Municipal de Saúde.

2. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição do item acima mencionado é de extrema necessidade para atender os serviços do Departamento Municipal de Saúde quanto aos serviços de telefonia, relacionado a manutenção de equipamentos telefônicos, bem como a central telefônica do Departamento e ramais. Instalação de novos ramais e linhas novas dentro das Unidades Básicas de Saúde do Departamento. Este serviço se faz necessário para melhor comunicação entre os setores e mais agilidade nos atendimentos dentro do Departamento.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

As especificações e os quantitativos dos itens a serem adquiridos são:

Nº	Quant.	Discriminação	Valor Médio por hora	Valor Médio Total
01	1000 Horas	Serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia, incluindo manutenção de sistema internos e externos, com instalação de ramais e fiação, internos e externos, programação, reconfiguração de sistemas eletrônicos, instalação, reparos e substituição de centrais telefônicas, com substituição de peças e componentes. Serviços de manutenção de equipamentos tipo monocal de sistemas de telefonia rural, com manutenção preventiva e corretiva de equipamentos instalados na sede e no interior do Município. Serviços de instalação e montagem de torres e antenas utilizadas para comunicação na sede e no interior do Município	6800 R\$106,00	R\$ 106.000,00

4. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida por profissional designado para tal finalidade, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

GLENIO JOSÉ MAITO – Fiscal Geral

JAKELINE APARECIDA MATIAS – Fiscal Técnico

5. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

O valor médio total para contratação dos serviços é de R\$ 106.000,00

*mm
jakeline*



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ**

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP 85557000

002

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de seguintes recursos:

BLOCOS:

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	10.301.0005.2020
ATENÇÃO ESPECIALIZADA	10.302.0005.2021
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	10.303.0005.2022
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10.304.0005.2023
GESTÃO EM SAÚDE	10.301.0005.2024

FONTES:

LIVRE	303
VINCULADO	494

8. DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

Execução de 12 (doze) meses, vigência de 60 (meses).

Coronel Domingos Soares, 15 de março de 2022.


Jakeline Aparecida Matias
Fiscal Técnico
Portaria nº161/2021


Glenio José Maito
Fiscal Geral de Contratos
Portaria nº 161/2021


Marly Bevilacqua Maito
Diretora do Departamento Municipal de Saúde
Portaria nº 002/2021



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 03514415/0001-18

COTAÇÃO DE PREÇOS - 2022

Solicitamos a gentileza de cotar o material abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia das Unidades Básicas de Saúde do Departamento Municipal de Saúde:

Razão Social:	Leandro Lazzarotto
Endereço:	Rua: Armando Saldanha, 885
e-mail:	leandro.lazzarotto@bol.com.br
Município/UF:	Palmas P.R.
Inscrição estadual:	
CNPJ nº:	17.147.466.0001/17
Telefone:	(46) 999730256
Representante legal:	

Nº	Quant.	Discriminação	R\$ unit
01	1000 Horas	Serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia, incluindo manutenção de sistema internos e externos, com instalação de ramais e fiação, internos e externos, programação, reconfiguração de sistemas eletrônicos, instalação, reparos e substituição de centrais telefônicas, com substituição de peças e componentes. Serviços de manutenção de equipamentos tipo monocanal de sistemas de telefonia rural, com manutenção preventiva e corretiva de equipamentos instalados na sede e no interior do Município. Serviços de instalação e montagem de torres e antenas utilizadas para comunicação na sede e no interior do Município	98,00

17.147.466.0001-17

LEANDRO LAZZAROTTO

Rua Armando Saldanha, 885 Casa
Centro

85555-000

Palmas

PR 613

Data e Assinatura do
representante legal:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.147.466/0001-17 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE REGISTRO 12/11/2012
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL
LEANDRO LAZZAROTTO 02740387970

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTAL
 ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
95.12-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
47.59-5-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
80.20-0-02 - Outras atividades de serviços de segurança

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO
**R SENADOR ABILON DE SOUZA NAVES - ESQ. COM
 ARMINDO SALDANHA**

NÚMERO
885

COMPLEMENTO
CASA

CEP
85.555-000

BARRIO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
PALMAS

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
leandro.lazzarotto@bol.com.br

TELEFONE
(46) 9973-0256

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
12/11/2012

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/03/2022 às 11:27:24 (data e hora de Brasília)

Página: 1/1



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01814415/0001-18

COTAÇÃO DE PREÇOS - 2022

Solicitamos a gentileza de cotar o material abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia das Unidades Básicas de Saúde do Departamento Municipal de Saúde:

Razão Social:

Quelli da Silva Tecnologia e vestuário ME

Endereço:

Rua Vereador Romeu Lauro Werlang, 1978

e-mail:

alcioneiess@gmail.com

Município/UF:

Francisco Beltrão

Inscrição estadual:

90771748-82

CNPJ nº:

29.588.875/0001-38

Telefone:

46 98802-9020

Representante legal:

Quelli da Silva

Nº	Quant.	Discriminação	R\$ unit
01	1000 Horas	Serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia, incluindo manutenção de sistema internos e externos, com instalação de ramais e fiação, internos e externos, programação, reconfiguração de sistemas eletrônicos, instalação, reparos e substituição de centrais telefônicas, com substituição de peças e componentes. Serviços de manutenção de equipamentos tipo monocal de sistemas de telefonia rural, com manutenção preventiva e corretiva de equipamentos instalados na sede e no interior do Município. Serviços de instalação e montagem de torres e antenas utilizadas para comunicação na sede e no interior do Município	105,00

Carimbo do CNPJ:

29.588.875/0001-38
QUELLI DA SILVA
TECNOLOGIA EM TELEFONIA
R: Ver. Romeu Lauro Werlang, 1978 Centro
CEP 85601-020 Fco. Beltrão PR,

Data e Assinatura do
representante legal:

Quelli da Silva



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.588.875/0001-38 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ASSINATURA 01/02/2018
--	---	---

NOME EMPRESARIAL QUELLI DA SILVA TECNOLOGIA E VESTUÁRIO EIRELI
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GLAMOUR CLOSET BY QUELLI DA SILVA	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 14.11-8-01 - Confecção de roupas íntimas 14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos 61.20-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)
--

LOGRADOURO R VEREADOR ROMEU LAURO WERLANG	NÚMERO 1978	COMPLEMENTO *****
---	-----------------------	----------------------

CEP 85.601-020	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO	UF PR
--------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (46) 3524-2489
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/02/2018
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/03/2022 às 11:25:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
CNPJ 01614415/0001-18

COTAÇÃO DE PREÇOS - 2022

Solicitamos a gentileza de cotar o material abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia das Unidades Básicas de Saúde do Departamento Municipal de Saúde:

Razão Social:	CMD Soluções LTDA
Endereço:	AV. LUIZ ANT. FAEDO
e-mail:	CMD.SOLUCOES.FB@GMAIL.COM
Município/UF:	FCO BELTRÃO - PR
Inscrição estadual:	90738547-73
CNPJ nº:	26 690 593/0001-59
Telefone:	46 3524 8390
Representante legal:	FERNANDO DUTRA

Nº	Quant.	Discriminação	RS unit
01	1000 Horas	Serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia, incluindo manutenção de sistema internos e externos, com instalação de ramais e fiação, internos e externos, programação, reconfiguração de sistemas eletrônicos, instalação, reparos e substituição de centrais telefônicas, com substituição de peças e componentes. Serviços de manutenção de equipamentos tipo monocanal de sistemas de telefonia rural, com manutenção preventiva e corretiva de equipamentos instalados na sede e no interior do Município. Serviços de instalação e montagem de torres e antenas utilizadas para comunicação na sede e no interior do Município	R\$ 1500

Carimbo do CNPJ;
26.690.593/0001-59

CMD SOLUÇÕES LTDA-ME

AV LUIZ ANT FAEDO 1001
CENTRO CEP 85601-276
FRANCISCO BELTRÃO - PR

Data e Assinatura do
representante legal:

Fernando Dutra
22/03/22



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
26.690.593/0001-59
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
09/12/2016

NOME EMPRESARIAL
CMD SOLUCOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
CMD SOLUCOES

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
AV LUIZ ANTONIO FAEDO

NÚMERO
1601

COMPLEMENTO
EDIF SILIPRANDI SALA 02

CEP
85.601-275

BARRIO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
FRANCISCO BELTRAO

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(45) 8802-9427

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
09/12/2016

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/03/2022 às 11:24:24 (data e hora de Brasília)

Página: 1/1



TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O Presente Termo de Referência tem como objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia**, conforme especificações descritas neste termo de referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição do item acima é de extrema necessidade para suprir as necessidades dos departamentos de Administração, Agricultura, Cultura, Educação, Esportes, Frotas e Infra-estrutura e engenharia, quanto aos serviços de telefonia, relacionado a manutenção de equipamentos telefônicos, bem como a central telefônica dos departamentos e ramais. Este serviço se faz necessário para melhor comunicação entre os setores e mais agilidade nos atendimentos dentro dos departamentos de Coronel Domingos Soares – PR.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

As especificações e os quantitativos a serem adquiridos são:

Item	Qtd	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor total
1	800	Serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia, incluindo manutenção de sistema internos e externos, com instalação de ramais e fiação, internos e externos, programação, reconfiguração de sistemas eletrônicos, instalação, reparos e substituição de centrais telefônicas, com substituição de peças e componentes. Serviços de manutenção de equipamentos tipo monocal de sistemas de telefonia rural, com manutenção preventiva e corretiva de equipamentos instalados na sede e no interior do Município. Serviços de instalação e montagem de Torres e antenas utilizadas para comunicação na sede e no interior do Município.	Horas	R\$ 106,00	R\$ 84.800,00
TOTAL					R\$ 84.800,00



4. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida pelo fiscal geral Glenio José Maito.

5. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

O valor total estimado aproximado para a aquisição é de R\$ 84.800,00.

Estimativa de gasto/ano

Ano	Valor
2022	16.960,00
2023	16.960,00
2024	16.960,00
2025	16.960,00
2026	16.960,00
Total	84.800,00

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A destinação de dotação orçamentária ficará a critério do Departamento de Contabilidade.

7. DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O período de execução 12 meses e vigência será de 60 meses.

Coronel Domingos Soares (PR), 18 de abril de 2022.


Glenio José Maito
Fiscal Geral
Portaria 0161/2021



**PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social**



011

TERMO DE REFERÊNCIA 05/2022

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia para atender a demanda do Departamento Municipal de Ação Social.

2. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição do item acima mencionado é de extrema necessidade para atender os serviços do Departamento Municipal de Ação Social quanto aos serviços de telefonia, relacionado a manutenção de equipamentos telefônicos, bem como a central telefônica do Departamento. Este serviço se faz necessário para melhor comunicação entre os setores e mais agilidade nos atendimentos dentro do Departamento.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

Nº	Quant.	Discriminação	Valor Médio por hora	Valor Médio Total
01	100 Horas	Serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia, incluindo manutenção de sistema internos e externos, com instalação de ramais e fiação, internos e externos, programação, reconfiguração de sistemas eletrônicos, instalação, reparos e substituição de centrais telefônicas, com substituição de peças e componentes. Serviços de manutenção de equipamentos tipo monocal de sistemas de telefonia rural, com manutenção preventiva e corretiva de equipamentos instalados na sede e no interior do Município. Serviços de instalação e montagem de torres e antenas utilizadas para comunicação na sede e no interior do Município	R\$106,00	R\$ 10.600,00

5. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida pela profissional Angelica Graeff Catapan Diretora do Departamento de Ação Social e pelo fiscal geral Glenio José Maito.

6. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS



**PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social**



O valor total estimado aproximado para este certame é de R\$ 10.600,00

Estimativa de gasto/ano

Ano	Valor
2022	2.120,00
2023	2.120,00
2024	2.120,00
2025	2.120,00
2026	2.120,00
Total	10.600,00

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

08.244.0006.6028

000 - 2370

08.244.0006.2033

940 - 2630

08.244.0006.2035


940 - 2765

8. DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

Execução de 12 (doze) meses, vigência de 60 (meses).

Coronel Domingos Soares, 24 de março de 2022.


Angelica Graeff Catapan
Diretora do Departamento de Ação Social
Portaria 010/2021


Glenio José Maito
Fiscal Geral
Portaria 0161/2021



PARECER PRÉVIO 46/2022

Origem: Departamento de Controle Interno

Destinatário: Departamento de Ação Social e Dep. de Saúde.

Assunto: contratação de serviço de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia para atender a demanda do Dep. de Saúde.

Venho por meio deste, informar a este setor, que para fins de averiguação e controle foi analisado: termo de referencia, orçamento e demais documentações pertinentes enviadas e todas estão de acordo. Desta feita retomem-se a esse departamento e siga para as demais tramitações.

Ademais, qualquer dúvida nos encontramos à disposição.

Coronel Domingos Soares-PR, 04 de abril de 2022.

Atenciosamente

Dirlei de Lima
Controle Interno

Dirlei de Lima
Controle Interno
Portaria nº 224/2019



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

014

PARECER CONTABIL

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2022.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de equipamentos e sistema de telefonia, são os seguintes:

Especificação de Dotações:

03 Departamento de Administração

001 – Departamento de Administração

04.122.0003.2007 – Manutenção das Atividades do Departamento de Administração

Conta de despesa - 460 – fonte de recurso 000

04.122.0003.2009 – Manutenção das Atividades da Divisão de compras e serviços administrativos

Conta de despesa – 610 fonte de recurso 000

05 Fundo Municipal de Saúde

001 Departamento de Saúde

10.301.0005.2020 Manutenção da Atenção Primária à saúde

Conta de despesa 1490 fonte de recurso 303

Conta de despesa 1500 fonte de recurso 494

10.302.0005.2021 Manutenção da Atenção especializada

Conta de despesa 1600 fonte de recurso 303

Conta de despesa 1610 fonte de recurso 494

10.303.0005.2022 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica

Conta de despesa 1740 fonte de recurso 303

Conta de despesa 1750 fonte de recurso 494

10.304.0005.2023 Manutenção do programa Vigilância em saúde

Conta de despesa 1900 fonte de recurso 303

Conta de despesa 1910 fonte de recurso 494

002 Assessoria Gerencial de Saúde

10.301.0006.2024 Manutenção da Gestão em Saúde

Conta de despesa 2070 fonte de recurso 303

Conta de despesa 2080 fonte de recurso 494

06 Departamento de Ação Social

001 Departamento de Ação Social

08.244.0006.6028 – Manutenção do Conselho Tutelar



Conta de despesa 2370 fonte de recurso 000

003 Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0006.2033 Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família

Conta de despesa 2630 fonte de recurso 940

08.244.0006.2035 Proteção Social Básica

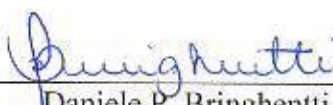
Conta de despesa 2755 fonte de recurso 940

33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, inciso III, art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 30 de maio de 2022.


Daniele P. Bringhentti
Contadora CRC PR-047272/O-2



Parecer de Licitação 76/2022

Origem: Gabinete

Destino: Pregocira

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento(os) a (as) demanda (as) em anexo para Pregão Eletrônico referente a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia para atender a demanda dos Departamentos da Prefeitura do Município.
2. O contido na Lei de 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como suas demais alterações, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
3. O Parecer Prévio do Controle Interno, referente a averiguação dos Orçamentos e outras análises pertinentes;
4. A existência prévia das respectivas dotações orçamentárias aliado a existência dos recursos financeiros para a quitação das despesas que virão a se originar da eventual contratação;

Determino:

5. Que a Pregoeira, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente "Pregão Eletrônico", a fim de que se classifiquem as melhores propostas para aperfeiçoamento do(s) objeto: A contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia para atender a demanda dos Departamentos da Prefeitura do Município. Limitado ao teto máximo de R\$ 201.400,00 (duzentos e um mil e quatrocentos reais), do tipo maior desconto por item, levando em conta as necessidades do serviço público, com quantias estimadas e valores previamente orçados, tudo de acordo com a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Ação Social.

Coronel Domingos Soares, 30 de maio de 2022.

Jandir Bandiera
Prefeito Municipal
JANDIR BANDIERA
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

017

PROCESSO Nº. 095/2022
PREGÃO Nº. 48/2022 - ELETRÔNICO

EDITAL

Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia pra atender a demanda da municipalidade "

IMPORTANTE:

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 10:00 do dia 19/07/2022.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:30 do dia 19/07/2022.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: e-mail: licitapmcds@hotmail.com

Fone/Fax: (46) 3254-1166

Horário de expediente: das 8:00h às 12h e das 13:30 as 17:00 em dias úteis.

Integram este edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

Anexo I - Termo de Referência – "objeto detalhado";

Anexo II - Modelo de Declaração de "inexistência de fatos impeditivos";

Anexo III - Modelo de Declaração "que cumpre plenamente os requisitos habilitatórios";

Anexo IV - Modelo de Declaração de que o proponente "não possui empregados menores de 18 anos";

Anexo V – Declaração de ME ou EPP(opcional);

Anexo VI – inexigível para este certame;

Anexo VII - Modelo de Carta-Proposta para fornecimento do objeto;

Anexo VIII - Minuta do Contrato;

Anexo IX - declaração CNAE; e,

Anexo X - declaração de inexistência de vínculo funcional.

O MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR, através do Diário Oficial do Estado do Paraná-DIOE e Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais normas correlatas e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO– Por item**, para a aquisição dos objetos descritos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar desta licitação as pessoas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação, sendo vedada à participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto pretendido pela administração.

1.2. Os documentos referentes às **propostas comerciais** e aos **anexos** das empresas interessadas deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema até **19/07/2022 às 10:00**, no site www.licitacoes-e.com.br.

1.3. A abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, para disputa de preços, ocorrerá **19/07/2022 às 10:30**, no site www.licitacoes-e.com.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

1.4. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 5.450/05, art. 24, § 5º).

1.5. Qualquer pessoa, devidamente qualificada(nome completo, endereço, e documento de identificação ou dados equivalentes para pessoa jurídica), poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas (artigo 12 do anexo "I" ao Decreto 3.555/00, de 08 de agosto de 2.000), no endereço discriminado no preâmbulo



deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

1.6. Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

1.7. Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente edital.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

I - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

II - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;

III - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de qualquer esfera governamental da Administração Municipal;

IV - Em Recuperação Judicial, concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

V - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

VI - Estrangeiras que não funcionem no país.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site **www.licitacoes-e.com.br**.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Cel. Domingos Soares - PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. Quando da participação das microempresas e empresa de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos no art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

4.1. A licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada em cartório ou pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, a seguinte documentação:

4.1.1. Habilitação Jurídica:

a) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, retirado via internet no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura deste, de acordo com a Instrução Normativa da SRF nº 200 de 13 de setembro 2002;



b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

4.1.2.1. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame.

4.1.2.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.1.2.4. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

*a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante, com validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição;*

*b) **Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.*

b.1) As demonstrações exigidas nesta letra estão dispensadas para micro empreendedor individual - MEI bem como para empresas constituídas a partir de 01 de janeiro de 2022.

b.2) Serão aceitos, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis da empresa Licitante, assim apresentados: publicados no Diário Oficial, ou, publicados em jornal de grande circulação, ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, ou, por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Fechamento.

4.1.4 Demais documentos

Documento expedido pela Junta Comercial do Estado Sede da empresa (Certidão Simplificada, informando a situação em que a empresa se enquadra (microempresas e as empresas de pequeno porte quando for o caso), atualizada deste exercício social (2022).—

a) Declarações de (modelos em anexo a este edital):

- Inexistência de fatos impeditivos;

- Não contratação de menor;

- Declaração de CNAE;

- Declaração de vínculo funcional;

- Cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios; e,

- (opcional) Enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. (modelo anexo a este edital).

c) Comprovação de aptidão para desempenho da atividade, através da apresentação de no mínimo um atestado e/ou certidão fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o regular fornecimento/execução do objeto que ora se propõem a fornecer/executar para o Município de Cel. Dom. Soares.

c.1) Se o documento for emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá a assinatura deste documento ser reconhecida em cartório, salvo em caso de ser assinatura na forma digital.



5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.2. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preço exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **até às 10:00 do dia 19/07/2022** (Horário de Brasília). Após este horário o sistema não mais permitirá a recepção de propostas sob qualquer pretexto, sendo conveniente frisar que o Município não possui autonomia técnica para, após findo o horário nesta data, absorver propostas retardatárias.

5.4. Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.5. A Proposta de Preços deverá ser apresentada por meio de preenchimento da planilha existente no sistema eletrônico de licitações – licitações-e, sendo obrigatório o preenchimento dos campos "Marca", "VI Unitário" (valor unitário), "VI Total" (valor total), "Prazo de entrega" (o prazo de entrega não poderá ser superior ao constante no Termo de Referência).

5.5.1. A proposta comercial, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem a Licitante.

5.6. Os valores máximos a serem dispensados para aquisição dos objetos licitados constam do rol de bens anexo ao presente edital.

5.7. Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital (ver item 5.3 anterior), a Licitante poderá acessar o sistema Licitacoes-e para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.

5.8. Uma vez que a licitante seja declarada vencedora do presente pregão, após o encerramento da disputa, deverá gerar sua proposta final pelo sistema "esproposta", disponibilizado junto ao edital de licitação, decorrendo daí duas obrigações para o licitante, no prazo de até 1 (um) dia útil:

a. Gerar no próprio sistema "Esproposta" arquivo em formato "pdf" sua proposta de preços final com a descrição completa do objeto ofertado, agora identificando a empresa com todos os dados, inclusive bancários (se houver) e devidamente assinada pelo seu representante legal.

b. Encaminhar para o e-mail licitapmcads@hotmail.com o arquivo digital em "esl" da proposta gerado pelo sistema "esproposta", bem como o arquivo em "pdf" citado na alínea "a".

5.8.1. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do Município de Cel. Domingos Soares - PR, no seguinte endereço: Av Araucária, 3120, Centro, Cel. Domingos Soares - PR, CEP 85.557-000, impreterivelmente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados o encerramento da etapa de lances, salvo, em caso de ser assinatura na forma digital.

5.6. Os valores máximos a serem dispensados para aquisição dos objetos licitados constam do rol de bens anexo ao presente edital.

5.7. Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital (ver item 5.3 anterior), a Licitante poderá acessar o sistema Licitacoes-e para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.

5.8. Uma vez que a licitante seja declarada vencedora do presente pregão, esta deverá encaminhar, para o e-mail licitapmcads@hotmail.com da proposta de preços com a descrição completa do objeto ofertado, agora identificando a empresa com todos os dados, inclusive bancários (se houver) e devidamente assinada pelo seu representante legal, no prazo de 24h (vinte e quatro horas).

5.8.2. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do Município de Cel. Domingos Soares - PR, no seguinte endereço: Av Araucária,



3120, Centro, Cel. Domingos Soares - PR, CEP 85.557-000, impreterivelmente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados o encerramento da etapa de lances.

5.9. A Proposta de Preços deverá conter:

5.9.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias consecutivos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos;

5.9.2. Preço unitário e total por item, expressos em reais;

5.9.3. Especificação clara do objeto, incluindo a MARCA e MODELO, de acordo com o Anexo I deste Edital;

5.9.4. O prazo de entrega está estabelecido no Anexo I – Termo de Referência. Caso tal prazo seja omitido, ou seja superior ao máximo estipulado, o pregoeiro o entenderá como sendo igual ao máximo permitido;

5.9.5. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, email, número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento (se houver).

5.10. Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitarem às especificações deste edital.

5.11. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5.12. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

5.12.1. Não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.

5.13. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

6. ABERTURA DA SESSÃO

6.1. **A partir das 10:30 do dia 19/07/2022** terá início à sessão pública deste certame, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e, após análise, início da etapa de lances, conforme Edital.

6.2. Para fins de cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, as licitantes deverão informar no início da sessão pública se estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.2.1. As licitantes deverão informar apenas se estão, ou não, enquadradas na condição de microempresa e empresa de pequeno porte. Portanto não poderão identificar-se pela razão social, nome fantasia ou quaisquer outras informações não pertinentes ao solicitado no item 9.2.

7. FORMULAÇÃO DOS LANCE

7.1. Para o objeto licitado, haverá a disponibilização do sistema para a formulação de lances pelas Licitantes, cujos procedimentos são explicitados nos subitens a seguir, tendo por amparo legal aqueles previstos no Decreto nº 5.450/05.

7.2. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3.1. Os lances ofertados deverão possuir até 02 (duas) casas decimais após a virgula (R\$ 0,00)

7.3.2. A disputa de lances será por valor unitário de cada item, ou seja, os licitantes deverão pautar seus lances tomando por base sempre o custo de uma unidade, independente da quantidade total do item e/ou lote.

7.4. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



7.5.1. Na etapa de lances o sistema não permite o registro de valores iguais, mas no momento do registro da proposta esta situação pode ocorrer. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, caso não tenha ocorrido lances para o item e tenha valores de propostas iguais, o mesmo ficará em situação de empate de proposta e será necessário realizar um sorteio público para definir a ordem de classificação das propostas.

7.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

7.7.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema de fechamento iminente dos lances, sendo facultado ao Pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá um período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances (FECHAMENTO RANDÔMICO);

7.9. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, o sistema automaticamente avaliará se existem microempresas e/ou empresas de pequeno porte (MPEs e/ou EPPs) participando dos itens do pregão. Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que a da melhor empresa previamente classificada, desde que esta não seja uma MPE ou EPP. Terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate, a MPE ou EPP que estiver com o preço imediatamente abaixo da primeira empresa previamente classificada. O lance ofertado deve ser obrigatoriamente menor que o lance ofertado pela empresa previamente classificada. O fornecedor terá no máximo 5 (cinco) minutos para ofertar o lance. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima MPE ou EPP melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da LC 123/06.

7.10. O Pregoeiro anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.11. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, devendo tal comprovação se dar mediante encaminhamento da documentação pelo e-mail licitapmcds@hotmail.com, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), com posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de INABILITAÇÃO.

7.11.1. Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 4 deste Edital.

08. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Na análise da proposta de preços, será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preço.

8.3. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital;

8.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o inciso anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.



8.4. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto no Art. 44 da lei Complementar 123/2006, em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, da seguinte forma:

8.4.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando o certame não for exclusivo para MEs.

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.

b) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

c) A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:

c.1) Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

c.2) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no sub-item c.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

d) No caso de empate, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, dentro do limite estabelecido no item 10.4, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, por item, sob pena de preclusão.

8.5. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item, observadas as especificações técnicas definidas no Edital.

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município, em horário normal de expediente, no endereço descrito no preâmbulo deste edital.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

10.1. O resultado de julgamento será submetido à Autoridade Competente para homologação.

10.2. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10.3. É facultado ao Município, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no sub-item 10.2, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

11.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa,



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

024

ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Cel Domingos Soares – PR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

11.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

11.3. No caso de inadimplemento, o contratado estará sujeita às seguintes penalidades:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

11.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;

11.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e,

11.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 11.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 11.3.2, 11.3.3 e 11.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.4. As sanções previstas nos itens 11.3.1, 11.3.4 e 11.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 11.3.2 e 11.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 11.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.

11.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

11.7. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Município de Cel. Domingos Soares – PR.

12. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Para o atendimento das despesas provenientes deste processo, são indicadas as seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	460	03.001.04.122.0003.2007	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	610	03.003.04.122.0003.2009	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1490	05.001.10.301.0005.2020	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1500	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1600	05.001.10.302.0005.2021	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1610	05.001.10.302.0005.2021	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1740	05.001.10.303.0005.2022	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1750	05.001.10.303.0005.2022	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1900	05.001.10.304.0005.2023	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1910	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2070	05.002.10.301.0005.2024	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2080	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2370	06.001.08.244.0006.6028	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2630	06.003.08.244.0006.2033	940	3.3.90.39.00.00	Do Exercício



2022	2755	06.003.08.244.0006.2035	940	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
------	------	-------------------------	-----	-----------------	--------------

13. DO CONTRATO

13.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Contrato, conforme minuta constante no Anexo VIII.

13.2. O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições de fornecimento especificadas neste Edital e seus Anexos.

13.3. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.

14. DO REAJUSTE

14.1. Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

14.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

15. DO FORNECIMENTO, LOCAL E EXIGÊNCIAS DE ENTREGA

15.1. A entrega do objeto licitado deverá ocorrer até 10 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

15.2. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregue(s), conforme solicitação dos departamentos requisitantes, no quadro urbano de Coronel Domingos Soares/PR.

15.3. A proponente vencedora se obriga entregar o(s) objeto(s) em conformidade com a marca, preço e quantidade especificada em sua proposta, sendo que, as despesas pertinentes à entrega (frete, seguro, carga/descarga e etc.) correrão às suas expensas.

15.4. O(s) objeto(s) terá(ão) que estar acompanhado(s) da Nota Fiscal de Venda, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

15.5. A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) objeto(s) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, sendo que, o mesmo terá que ser novo e em perfeita condições de funcionamento, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

15.6. Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador.

15.7. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser fornecido(s), sem ônus adicional para ao Licitador.

15.8. No ato de entrega, o objeto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- a) - Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- b) - Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- c) - Deverá conter discriminação detalhada do objeto a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

15.9. Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93:

15.9.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

15.9.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e verificação do estabelecido no item 19.8 e alíneas e conseqüente aceitação.



15.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

15.11. Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

15.12. No desconto ofertado deverão ser computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa contratada desta licitação.

16. DA GARANTIA DOS OBJETOS

16.1. No ato de entrega do objeto ofertado, a empresa vencedora terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens considerados permanentes e de 03(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo se a descrição item dispuser de forma diferente.

16.2. A empresa vencedora se obriga a fornecer, às suas expensas, durante o período de garantia, as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, até o décimo quinto dia do mês subsequente aquele em que se deu a entrega e o recebimento definitivo do objeto, com a apresentação da Nota Fiscal somente Eletrônica devidamente atestada pela secretaria;

17.2. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões de sua regularidade fiscal, (FGTS, TRABALHISTA, RECEITAS ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

17.3. Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

17.4. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados, ou seja, anterior a entrega do objeto e os atos administrativos daí decorrentes.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O(s) objeto(s) ora licitado(s) será(ão) recebido(s) e inspecionado(s) pela direção do departamento municipal requisitante do objeto, que acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado.

18.2. Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO.

19. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

19.1. Conforme previsto no art. 18 do Decreto 5.450/05, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa devidamente qualificada(nome completo, endereço, e documento de identificação ou dados equivalentes para pessoa jurídica) poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na Comissão Permanente de Licitação do Município, sito à Av Araucária, 3120, Centro, Cel Domingos Soares - PR, em dias úteis, ou ainda, por meio eletrônico, através do email licitapmcds@hotmail.com, no prazo mencionado.

19.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24h (vinte e quatro horas), conforme estabelecido no § 1º do art. 12 do Decreto nº 3.555/2000;



19.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

19.4. As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.

19.5. As decisões decorrentes de impugnações serão publicadas no diário oficial eletrônico do Município, o DIOEMS.

20. DO GESTOR DO CONTRATO

20.1. Fica designado para atuar como gestor e fiscal do contrato, após a assinatura deste, o diretor do Departamento requisitante, aos quais acompanharão todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O Município de Coronel Domingos Soares poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

22.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

028

desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.4. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.5. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Jornal Oficial do Municípios-DIOEMS.

22.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

22.9. A participação do(a) proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

22.10. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital nos moldes já descritos neste edital.

22.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Palmas - PR.

Cel. Domingos Soares, 04/07/2022.

Jandir Bandiera
Prefeito Municipal

JANDIR BANDIERA
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

029

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

- 1. DO OBJETO** " Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia pra atender a demanda da municipalidade", conforme abaixo descrito:

Lote: 1 - Lote 001

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	6800	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE TELEFONIA, INCLUINDO MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTERNOS E EXTERNOS, COM INSTALAÇÃO DE RAMAIS E FIAÇÃO, INTERNOS E EXTERNOS, PROGRAMAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, INSTALAÇÃO, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS TIPO MONOCANAL DE SISTEMAS DE TELEFONIA RURAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TORRES E ANTENAS UTILIZADAS PARA COMUNICAÇÃO NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.	1.900,00	SERV	106,00	201.400,00
TOTAL						201.400,00

- 1.1 A licitante vencedora, deverá enviar ao pregoeiro sob pena de desclassificação, no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a finalização do certame, através do email: licitapmcds@hotmail.com, a proposta atualizada conforme disposto no item 5.8 deste edital (apresentar junto da proposta, os "FOLDERS", ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATÁLOGOS dos equipamentos/materiais ofertados, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação, quando for o caso), juntamente com a documentação de habilitação.

2. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA:

2.2. O(s) objeto(s) desta licitação deverá(ão) ser entregue(s), conforme a solicitação do departamento requisitante, no quadro urbano do município de Coronel Domingos Soares – PR, no prazo de até 10 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

030

2.3. O objeto, deverá ser entregue no prazo e local acima indicado, totalmente completo e em perfeito funcionamento, com data previamente agendada onde ocorrerá a entrega técnica e testes de funcionamento, acompanhados por servidor designado pela administração municipal, bem como treinamento de operador.

2.4. O prazo de vigência contratual é de 60 meses, e a execução é de 12 Meses contados a partir da assinatura do termo de contrato.

JONAS DOS SANTOS BUENO
Departamento de Administração



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

031

ANEXO II - MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/____ – PROCESSO Nº. ____/____

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº. (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

032

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

O(A) licitante _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____

através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____

_____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/____, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e, entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ e DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTAMENTE COM O CREDENCIAMENTO, EM ENVELOPE PRÓPRIO.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

033

ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO DE LICITANTE EMPREGADOR – PESSOA JURÍDICA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório Pregão Eletrônico n.º ____/____, junto ao Município de _____, que a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____, não possui em seu quadro permanente de funcionários, menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

034

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Prezado(a) Pregoeiro (a),

_____, (nome da empresa), CNPJ nº. _____, sediada
em _____

_____, (endereço completo), por _____ intermédio
de _____ seu representante legal Sr(a)

_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e
do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do art. 3º, da Lei
Complementar nº 123/06, que se enquadra na situação de _____ (microempresa ou empresa de
pequeno porte, conforme o caso) e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de
exclusão relacionadas no art. 3º da referida lei.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e
carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO VI – Não exigível para este certame



ANEXO VII - MODELO CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Ao Município de Cel. Domingos Soares – Paraná

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Comissão de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto abaixo discriminado, conforme Termo de Referência, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF: ENDEREÇO e TELEFONE:

2. DADOS BANCARIOS

Nome e Código do Banco:

Nome e Código da Agência:

Localidade da Agência (Cidade e Estado):

Numero da Conta Bancária:

Nome do Favorecido

OBS: O numero de conta bancaria informada deverá obrigatoriamente estar em nome da proponente.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO COTADO (INSERIR PLANILHA DE PREÇOS OFERECIDOS)

Deverá ser cotado, preço unitário, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento do objeto, tais como os encargos (obrigações sociais, transporte, impostos, taxas etc.).
(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

036

ANEXO VIII- MINUTA DO CONTRATO Nº. ____/2022

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 00/20 -Eletrônico, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 00/00/20 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pela Prefeita ____, de CPF nº. ____ e RG nº ____ (SSP/PR) em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADO: ____, pessoa jurídica de direito privado, situado a ____, nº ____, centro, cidade de ____, Estado ____, CEP ____, inscrito no CNPJ sob nº ____, neste ato representado por ____ com CPF sob nº ____ e RG nº ____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a: Aquisição de ____, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura.

Item	Quant	Unid	Descrição

que a CONTRATADA se declara em condições de entrega-lo com estrita observância do indicado nas especificações e na documentação levada a efeito pelo edital de Pregão Eletrônico nº. ____/____, devidamente homologado pelo CONTRATANTE em data de ____/____/____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição total do objeto relacionado na Cláusula Primeira a importância de R\$ ____ (____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

3.1.1 As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no compraspmcds@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura e/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A contratada deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O pagamento decorrente da aquisição prevista no presente contrato correrá por conta dos recursos orçamentários abaixo especificados:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	460	03.001.04.122.0003.2007	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	610	03.003.04.122.0003.2009	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1490	05.001.10.301.0005.2020	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

037

2022	1500	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1600	05.001.10.302.0005.2021	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1610	05.001.10.302.0005.2021	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1740	05.001.10.303.0005.2022	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1750	05.001.10.303.0005.2022	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1900	05.001.10.304.0005.2023	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1910	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2070	05.002.10.301.0005.2024	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2080	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2370	06.001.08.244.0006.6028	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2630	06.003.08.244.0006.2033	940	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2755	06.003.08.244.0006.2035	940	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

O faturamento e emissão de notas fiscais deverão ocorrer conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

A entrega do objeto licitado ocorrerá no prazo de até **10 Dias** após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O objeto deverá ser entregue conforme solicitado pelos departamentos requisitantes, no município de Cel. Domingos Soares– PR.

PARAGRAFO SEGUNDO: A contratada se obriga entregar o objeto em conformidade com a marca, preço e quantidade especificada em sua proposta, sendo que, as despesas pertinentes à entrega (frete, seguro e etc.) correrão às suas expensas.

PARAGRAFO TERCEIRO: O objeto terá que estar acompanhado da Nota Fiscal de Venda, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

PARAGRAFO QUARTO: A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) objeto(s) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, sendo que, o mesmo terá que ser novo e em perfeita condições de funcionamento, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

PARAGRAFO QUINTO: Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador.

PARAGRAFO SEXTO: O objeto deverá ser fornecido, sem ônus adicional para o contratante.

PARAGRAFO SÉTIMO: No ato de entrega, o objeto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 03 (três) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- Deverá conter discriminação detalhada do objeto a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

PARAGRAFO OITAVO: Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

PARAGRAFO DÉCIMO: Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: No valor contratual estão computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA



O prazo de vigência do objeto do presente contrato é de 60 Meses, e a execução de 12 meses contados a partir do dia ____/____/2022 e termino no dia ____/____/2022, podendo o mesmo ser dilatado ou diminuído, conforme conveniência das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

No ato de entrega do objeto contratual, a contratada terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens tidos como permanentes e de 3(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo quando a descrição do item dispuser em edital de forma diferente.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A garantia ofertada deverá suportar as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação e de funcionamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS BENS

O objeto ora licitado será recebido e inspecionado pela direção do departamento municipal requisitante, na pessoa do responsável designado pelo Diretor do Departamento, o qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado

PARAGRAFO ÚNICO: Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

16.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referencia os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR DO CONTRATO

Fica designado para atuar como gestor do contrato, após a assinatura deste, o diretor do Departamento requisitante, aos quais acompanharão todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para



a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto dentro dos padrões de qualidade exigidos;
- b) Obedecer o prazo de entrega estipulado; e,
- c) Suportar as despesas provenientes de frete, seguro e outras que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- b) Fornecer todos os dados e especificações necessárias a completa e correta execução do objeto;
- c) Comunicar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, o licitante que cometer as infrações estabelecidas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas no edital:

- a) Advertência;
- b) Multa de:

b.1) 1% (um por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso ou execução parcial, limitado a trinta dias.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

040

b.1.1) Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nas letras "b.2" e "c".

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA o que caracteriza a inexecução da obrigação assumida.

c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Uma vez configurado o inadimplemento contratual, a multa de que trata o item anterior será deduzida do pagamento devido pela Prefeitura ao adjudicatário, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após a conclusão do processo administrativo, garantida ampla defesa, serão devolvidos os valores retidos na forma do item anterior corrigidos pelo índice da poupança, caso o julgamento seja favorável ao licitante.

PARÁGRAFO QUARTO: Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não procedidos da competente prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93, pelos Princípios de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos aplicando-se os preceitos legais referidos no "caput" desta Cláusula, na doutrina e jurisprudência aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Infringência de qualquer obrigação aqui ajustada, conforme estabelece o artigo 77 da Lei nº. 8.666/93; ou,

b) Pela materialização de qualquer das causas mencionadas no art. 78 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Palmas/PR, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os efeitos legais.

Cel. Domingos Soares-PR _____, em ____ de _____ de 2022

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

(assinatura e nº do CPF)

(assinatura e nº do CPF)



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

041

ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO CNAE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

A empresa _____, cadastrada no CNPJ/MF sob nº _____, estabelecida a _____, através do signatário da presente, o senhor (inserir a qualificação completa), representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita é _____ (código) - _____ (descrição da atividade conforme CNAE).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

042

ANEXO X – MODELO DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

A pessoa jurídica (*inserir nome da proponente*), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). (*inserir o nome completo*), portador(a) da carteira de identidade RG sob o nº (*inserir o número*) e do CPF sob o nº (*inserir o número*), **DECLARA**, para os fins do contido no artigo 9º, inciso III da Lei 8666/93, especialmente para o Edital de **PREGÃO Nº ____/2022 -PMCDs**, que não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Declara, para os fins do contido na Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa.

Declara, ainda, para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745/2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.



PARECER JURÍDICO Nº 370/2022

Processo Licitatório nº 95/2022 - Pregão nº 48/2022

Interessado: Departamento de Licitações e Compras

Assunto: Análise jurídica inicial de edital de licitação na modalidade Pregão, seus anexos e minuta de contrato.

Recebe este(a) Procurador(a), pedido de parecer encaminhado pela Pregoeira do Município, relativo ao **processo nº 95/2022**, que trata da abertura de licitação na modalidade de **pregão nº 48/2022**, em sua forma de disputa eletrônica para **contratação de serviços de manutenção de sistemas de telefonia da municipalidade**.

Consulta-nos sobre a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja **"Pregão"**, em formato de disputa **eletrônica**, e solicita apreciação jurídica da minuta do instrumento convocatório e do contrato, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8666/93.

1. Do relatório:

O processo teve início com a requisição formulada pela direção do departamento interessado de ação social, saúde e administração, descrevendo suas necessidades e justificando sua pretensão em seu(s) Termo(s) de Referência, alimentado com indicação de preços e orçamentos de mercado para fixação de preço médio/valor máximo do certame, cujo objeto se destina a suprir as necessidades estruturais das atividades rotineiras dos requisitantes.

A requisição foi protocolada pelo setor de Licitações e Compras, que na sequência instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatória ou através de contratação direta.

Nessa esteira, constam dos autos: a indicação, pelo(a) contador(a) responsável, das dotações orçamentárias por onde correrão as despesas, apreciação do conteúdo pelo setor de planejamento, manifestação favorável do setor de Controle Interno bem como a determinação do Chefe do Executivo para instauração do processo de contratação.

Minutou a Pregoeira que a pretensão fosse atendida através de licitação, na modalidade **"Pregão"** pela via eletrônica, definindo, nesta esteira, que o objeto é de natureza relativamente comum, podendo ser objetivamente definido no edital, atendendo ao que dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/02.

Consoante valor do objeto a Sra Pregoeira definiu que a participação dos licitantes **se dará de forma ampla**, consoante valores estampados no Anexo I do Edital, aliado ao fato de que o certame terá sua disputa por menor valor por item, **não incidindo** o disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e inciso I do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 01/2009, cuja peculiaridade será, também, prevista ao inserir o certame no sistema "licitações-e" do Banco do Brasil, onde ocorrerá a operacionalização da disputa.

Todo o processo em tela foi construído sob a égide das Leis Federais 8.666 e 10.520, não havendo nenhum dispositivo derivado da Nova Lei de Licitações, nº 14.133. Foi elaborada a minuta do edital na modalidade Pregão, bem como minuta do respectivo contrato,



para atendimento das necessidades do(s) setor(es) interessado(s), cujos dois termos são submetidos à apreciação jurídica.

2. Da análise da escolha da modalidade:

Consoante documentos acostados aos autos até este momento, ainda que de forma sucinta, embasam estes os procedimentos iniciais para abertura de processo licitatório, em linhas gerais. Quanto à adoção da modalidade Pregão para atender aos interesses da municipalidade, há que se registrar algumas considerações. A Lei nº 10.520/02, que disciplina esta modalidade, dispõe em seu art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único: Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Pela leitura supra, o objeto do processo em análise pode ser classificado como “comum”, assim já entendido pela Sra Pregoeira. Verifica-se que, mesmo sendo objeto com várias peculiaridades de execução, sua descrição foi pormenorizada no Anexo I do edital prevendo, na medida do possível imaginável, as necessidades do serviço público. A apreciação destas peculiaridades do objeto não são afeitas, *lato sensu*, à análise jurídica, visto que os procuradores não tem conhecimento técnico na área abordada tampouco detém competência legal para tal ao passo que estas peculiaridades foram abrangidas no Termo de Referência firmado pelo(s) setor(es) requisitante(s).

Nesta esteira e observadas as ressalvas anteriores, não se verifica, a princípio, óbice que comprometa a utilização da modalidade Pregão para realizar a licitação necessária para o atendimento da pretensão da administração, salvo o aparecimento, no curso do processo, de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações que merecerão análise oportuna e em apartado, se for o caso.

Não obstante, orientamos apenas à Pregoeira e sua equipe de apoio para que durante a condução do certame sejam cumpridas as determinações legais da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, suplementarmente, sob pena de invalidade dos atos praticados em desacordo com os referidos diplomas legais, em especial, quanto à publicidade dos atos, observando-se o interstício mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a publicação do último aviso de licitação e a data de recebimento das propostas, bem como o prazo de publicação no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no Portal de Transparência deste Município, na mesma data de sua publicação oficial.

2.1 Da forma de disputa do pregão

Optou-se pela realização do pregão em tela na sua configuração de disputa “eletrônica”, o que é altamente recomendável consoante a dinâmica que tem o poder público imposto as compras e contratações públicas nos últimos anos, fato que se consagrará ainda mais quando da efetivação da Lei Federal 14133/21 (Nova Lei de Licitações), já em vigor mas com aplicação ainda limitada e em paralelo com a Lei 8.666/93.

A disputa de pregão pela forma eletrônica já foi alvo de manifestação pelo TCE PR, no âmbito do pré-julgado 27/2019, tendo sido este particular abordado, também, em seu “Manual de Licitações”, editado em 2021, no questionamento 62, observemos:



O Prejulgado nº 27/2019-TCE-PR orienta para a utilização do pregão eletrônico? Deve-se utilizar a ferramenta Comprasnet do Governo Federal?

Sim. O Prejulgado nº 27/2019-TCE-PR35 orienta para a utilização do pregão eletrônico e, de forma mais ampla, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná recomenda a utilização do Comprasnet pelos municípios do Estado.

A via adotada visa sempre a ampliar a participação e angariar a proposta mais vantajosa para a administração pública, sendo esta uma prática costumeira nesta municipalidade aplicada à maioria dos processos licitatórios.

3. Da análise da minuta do edital:

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações – 8666/93. Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
- VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XII - (VETADO)
- XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;
- XIV - condições de pagamento, prevendo:
 - a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
 - b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
 - c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

046

- d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
- e) exigência de seguros, quando for o caso;
- XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei; XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

De outra via o art. 55 da Lei 8.666/93 regula quais requisitos mínimos a serem previstos em contratos administrativos, quando celebrados:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.(...)

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que a elaboração do edital bem como da minuta contratual não destoam dos ditames do art. 40 e 55 da Lei nº 8.666/93, ambos supracitados, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e habilitação, julgamento de recursos, pelo que esta Procuradoria não tem nenhum óbice a mencionar nesta fase.

4. Conclusão

Por todo o exposto:

4.1 opinamos pela regularidade da escolha da modalidade “pregão”, através da forma de disputa eletrônica, para o desenvolvimento da licitação que se inicia e pela anuência para com a minuta do instrumento convocatório e da respectiva minuta de contrato, não existindo óbice, em tese, para o prosseguimento do processo licitatório;

4.2 alerta-se que devem ser atendidas as orientações descritas no item 2 deste parecer, *in fine*;

4.3 ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade, motivação e conveniência do pedido) constituem análise técnica do setor solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES


CNPJ 01614415/0001-18

047

procedimento licitatório, motivo pelo qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento (minuta de edital e contrato).

É o parecer.

Coronel Domingos Soares, 04 de julho de 2022.


Rogério Everaldo Schmitt
Procurador - OAB-PR 59982
Portaria 159/2015



PARECER CONTROLE INTERNO Nº 162/2022

FINALIDADE: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia para atender a demanda da Municipalidade.

I-DOS FATOS: Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, o processo nº95/2022 Pregão Eletrônico nº 48/2022, solicitando a análise e parecer, referente a possibilidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia para atender a demanda da Municipalidade.

Em justificativa, se faz necessário a contratação de uma empresa especializada, para melhorar a comunicação entre os setores e atender com mais agilidade os assuntos pertinentes aos Departamentos.

II-DO CONTROLE INTERNO: A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, ao tempo em que a Lei Municipal que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Básica do Poder Executivo e dá outras providências, "...é o órgão responsável pelo sistema de controle interno em todos os níveis e órgãos do Governo, tendo por objetivo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral, a quem compete".

Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação.

III-PRELIMINARMENTE: Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Coronel Domingos Soares nomeada através da Portaria nº224/2019 em data de 01 de agosto de 2019, estrita obediência e visando o cumprimento ao que determina o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 59 da Lei Complementar 101 e Lei Municipal, que estabelecem as finalidades do sistema de Controle Interno de forma geral. O Controle Interno desenvolveu atividades de análise e avaliação, de possível contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia para atender a demanda da Municipalidade.

IV - RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO;DOCUMENTOS JUNTADOS/ANALISE:

- a) processo com Justificativa e fundamentação.
- b) Indicação de recursos e dotação Orçamentária;
- c) termo de referência;
- d) cotações de preço;



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS
SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO
ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP
85557000

049

V - DA FUNDAMENTAÇÃO: Considerando a necessidade da contratação e baseada na LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.


Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

VI-CONCLUSÕES: Em face do exposto, diante da apresentação com clareza dos documentos relacionado ao objeto e justificativa plausível, considero regular a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia para atender a demanda da Municipalidade. Desta feita, retomem-se os autos ao departamento de administração, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

Sem mais é o parecer do setor de Controle Interno.

Coronel Domingos Soares, 04 de julho de 2022.


Dirlei de Lima
Controle Interno

Dirlei de Lima
Controle Interno
Portaria nº 224/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

Extrato de Edital de Licitação – Pregão 48/2022–Eletrônico

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia pra atender a demanda da municipalidade.
ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 10:00 do dia 19/07/2022. INÍCIO DA
SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:30 do dia 19/07/2022. LOCAL:
www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link-licitações".
Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmcdis.pr.gov.br/>.
Rafaela Schereiner–Pregoeira.

00000004

São Paulo, 15 de Julho de 2022

Ao
MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022
PROCESSO Nº 095/2022

DADOS DA EMPRESA

- Razão Social: Ascot Telecomunicações Ltda ME – Telefone (81)3096-1446/(11)99442-3835 - Contato Viviane
- Rua General Severiano, 58 - Letra A - Vila Invernada - CEP 03350-120 - São Paulo - SP
- CNPJ: 74.428.657/0001-90 - Inscrição Estadual 113.968.110
- Banco do Brasil(001) - Ag. 1195-9- C/C 105560-7.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia pra atender a demanda da municipalidade

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde	Unidade	Valor Unitário	Valor Total 30
01	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS DE SISTEMA DE TELEFONIA, INCLUINDO MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTERNOS E EXTERNOS, COM INSTALAÇÃO DE RAMAIS E FIAÇÃO, INTERNOS E EXTERNOS, PROGRAMAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, INSTALAÇÃO, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS TIPO MONOCANAL DE SISTEMAS DE TELEFONIA RURAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CRRETIVA DE	1900	Serviço	R\$ 106,00	R\$ 201.400,00

	EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TORRES E ANTENAS UTILIZADAS PARA COMUNICAÇÃO NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.				
--	--	--	--	--	--

- Informações bancárias para depósito: Banco do Brasil(001) – Ag. 1195-9- C/C 105560-7.

Nos preços estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos com frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionados com o objeto da presente licitação.

Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta, e ainda que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.

Declarações:

- Declaramos expressamente para todos os fins e efeitos que conhecemos e aceitamos as condições contidas no Edital e seus anexos, nos submetendo as suas cláusulas e condições, mesmo que não expressas na presente proposta.
- Declaramos que a nossa proposta compreende todos os impostos, tributos, despesas ou encargos de qualquer natureza incidente sobre o objeto do presente processo licitatório.

Certos de que a proposta apresenta atende a todos os requisitos contidos no Edital e satisfazem as necessidades de V.Sas., colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Viviane Rose Novo Trindade dos Santos
RG 32.353.303-6 - CPF 275.968.818-66
Diretora Administrativa

JUCESP PROTOCOLO
0.293.561/20-5



DECIMA QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

O abaixo assinado a Sra. **VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS**, brasileira, maior, casada no regime de: (COMUNHÃO PARCIAL DE BENS), natural de: São Paulo - SP, nascida em: (14/08/1978) comerciante portadora da cédula de identidade RG. n.º 32.353.303-6, órgão emissor: SSP /SP e do CPF. N.º 275.968.818-66, residente e domiciliada na Rua José Brás Moscow n.º 978 - Torre Solar - Apto. 1408 - Piedade - Jabotão dos Guararapes - PE - CEP - 54.410-390, (Art. 997, I, CC/2002), única e atual sócia componente da sociedade que gira nessa praça sob a denominação social de: "ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA", devidamente registrada e arquivada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o n.º 35.212.109.781 em sessão de 21/02/1994, e alterações posteriores registradas e arquivadas sobre o n.º 36.761/99-0 em sessão de 05/04/1999; 92.606/02-7 em sessão de 09/06/2002; 210.155/09-7 em sessão de 07/07/2009; 86.943/10-8 em sessão de 10/03/2010; 308.992/10-6 em sessão de 25/08/2010; 181.144/11-6 em sessão 24/05/2011, 258.208/11-9 em sessão de 13/07/2011, 33.358/14-0 em sessão de 22/01/2014; 121.291/17-0 em sessão de 10/03/2017; 507.806/18-9 em sessão de 23/10/2018; 182.255/19-0 em sessão de 29/03/2019; 401.990/19-9 em sessão 29/07/2019; 540.853/19-7 em sessão de 09/10/2019 e última alteração registrada e arquivada sob o n.º 635.233/19-8 em sessão de 13/12/2019, devidamente estabelecida na Rua General Severiano n.º 58 - A - Vila Invernada - SP - CEP - 03350-120, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.428.657/0001-90, a qual resolve em comum acordo alterar o contrato social:

A - ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETARIO

B - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

A - Que nesse ato a sócia senhora VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS, acima já qualificada cede e transfere para o sócio ora admitido senhor: ANGELO TRINDADE DOS SANTOS, brasileiro, maior, casado no regime de: (COMUNHÃO PARCIAL DE BENS), natural de: São Paulo - SP, nascido em: (29/11/1978) comerciante portador da cédula de identidade RG. n.º 26.426.722-9, órgão emissor: SSP/SP e do CPF. N.º 255.392.968-42, residente e domiciliado na Rua José Brás Moscow nº 978 - Torre Solar - Apto. 1408 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes - PE - CEP - 54.410-390, a quantia de 50.000 (Cinquenta Mil) quotas sociais do Capital social, ou seja 50% (Cinquenta por cento) do capital social da sociedade que corresponde a R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Após a alteração do quadro societário, a redistribuição da totalidade do capital social de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) ao novo sócio, totalmente integralizados em moeda corrente nacional, ficou da seguinte forma.

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS	50.000	R\$ 50.000,00
ANGELO TRINDADE DOS SANTOS	50.000	R\$ 50.000,00
TOTAL	100.000	R\$ 100.000,00

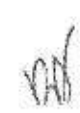

§ único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, conforme dispõe o artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro em vigor.

A presente cessão e transferência são feitas, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer dívidas e ônus fiscais, tributarias, trabalhistas, previdenciárias e com a praça em geral.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida por ambos os sócios Senhora: VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS e Senhor: ANGELO TRINDADE DOS SANTOS, na qual farão uso da denominação social em todos os negócios de interesse da mesma, principalmente representá-la ativa, passiva, conjunta ou individualmente perante instituições de direito público ou privado, financeiras, bancos, assinando (EM CONJUNTO ou ISOLADAMENTE), ou ainda, fazer representar por procuradores legalmente constituídos através de instrumentos públicos ou particulares, ficando vetado, entretanto, o uso em operações alheias ao interesse e objetivo sociais, tais como: avais, endossos, fianças em favor de terceiros, ou ainda, quaisquer outras obrigações de favor, cabendo exclusivamente ao sócio ou mandatário infrator de tais proibições, responder individualmente pelo compromisso assumido.

(Dois) – Ambos os sócios Senhora: VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS e Senhor: ANGELO TRINDADE DOS SANTOS, fará jus a retiradas mensais a título de Pró-Labore, as quais serão estabelecidas de comum acordo entre os mesmos, tudo dentro dos limites estabelecidos pela legislação do imposto de renda vigente, sendo levadas a débito da conta de despesas gerais da sociedade.



ASCOT
27 05 90

B - Dessa forma, o contrato social da empresa: "ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA", passa a ter a seguinte redação.



DIANTE AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS, O CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, A PARTIR DESTA DATA, TERÁ AS CLAUSULAS REDIGIDA DA SEGUINTE FORMA:

Cláusula I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E CONDIÇÕES DE EXTINÇÃO.

(Um) - A sociedade girará sob a denominação social de: "ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA"



(Dois) - A sociedade terá sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Capital do Estado, à Rua General Severiano nº 58 - A - Vila Invernada - SP - CEP - 03350-120, podendo abrir ou fechar filiais, escritórios, dentro ou fora do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo para os devidos fins de direito.

(Três) - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, e teve seu início em: 21/02/1994, sendo certa que na hipótese de dissolução da mesma, o patrimônio porventura existente será distribuído entre os sócios, proporcionalmente a participação que tiverem no Capital Social, obedecendo-se o disposto no Artigo 1.033 e seguinte do Código Civil Brasileiro.



Cláusula II - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto social a exploração do ramo de: "Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente; serviços de comunicação e multimídia - SCM; provedores de acesso as redes de comunicações; provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP; serviços de telefonia fixa comutada - STFC; serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT; telefonia móvel celular; serviços moveis pessoais - SMP; comercio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação; comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia comunicação; reparação e manutenção de equipamentos de comunicação; reparação e manutenção de equipamentos de comunicação; operadoras de televisão por assinatura por cabo; operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas; operadoras de televisão por assinatura por satélite; atividades de monitoramento de sistema de segurança eletrônico; outras atividades de serviços de segurança; manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos; instalação e manutenção elétrica; montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; comercio varejista de material elétrico; comercio atacadista de equipamentos de informática; comercio atacadista de suprimentos para informática; comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; treinamento em informática; Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; Comercio atacadista de ferragens e ferramentas; comercio varejista de ferragens e ferramentas; comercio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico exceto informática e comunicação; comercio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; aluguel de maquinas e equipamentos para escritórios; aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico; instalação de maquinas e equipamentos industriais, e o comercio atacadista de artigos de escritório e de papelaria.



Clausula III - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social será de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente nacional e distribuído ao sócio da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS	50.000	R\$ 50.000,00
ANGELO TRINDADE DOS SANTOS	50.000	R\$ 50.000,00
TOTAL	100.000	R\$ 100.000,00

§ único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, conforme dispõe o artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro em vigor.

Cláusula IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E RETIRADA PRÓ-LABORE

(Um) - A administração da sociedade será exercida por ambos os sócios Senhora: VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS e Senhor: ANGELO TRINDADE DOS SANTOS, na qual farão uso da denominação social em todos os negócios de interesse da mesma, principalmente representá-la ativa, passiva, conjunta ou individualmente perante instituições de direito público ou privado, financeiras, bancos, assinando (EM CONJUNTO ou ISOLADAMENTE), ou ainda, fazer representar por procuradores legalmente constituídos através de instrumentos públicos ou particulares, ficando vetado, entretanto, o uso em operações alheias ao interesse e objetivo sociais, tais como: avais, endossos, fianças em favor de terceiros, ou ainda, quaisquer outras obrigações de favor, cabendo exclusivamente ao sócio ou mandatário infrator de tais proibições, responder individualmente pelo compromisso assumido.

JUL 19
27 05 20

(Dois) -- Ambos os sócios Senhora: VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS e Senhor: ANGELO TRINDADE DOS SANTOS, fará jus a retiradas mensais a título de Pró-Labore, as quais serão estabelecidas de comum acordo entre os mesmos, tudo dentro dos limites estabelecidos pela legislação do imposto de renda vigente, sendo levadas a débito da conta de despesas gerais da sociedade.

Cláusula V - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS e DELIBERAÇÕES

O exercício social é coincidente com o ano civil e a 31 de dezembro de cada ano, serão apurados os resultados mediante levantamento de inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, conforme dispõe o artigo 1.065 da Lei 10.406/02.

(A) - Nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas da sociedade e designarão administradores se assim lhes convier;

(B) - Os quotistas participarão dos resultados (lucros ou prejuízos) na proporção das quotas que possuem no Capital Social da sociedade.

(C) - As deliberações dos sócios, quando não forem por consenso unânime, serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pelos administradores nos termos do Artigo 1.072 e 1.152 do Código Civil.

§ Primeira: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

§ Segundo: Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada no livro de atas de reuniões, ata assinada por todos os sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores ou pela mesa será apresentada ao Registro Público competente para arquivamento e averbação.

(D) - As deliberações dos sócios serão tomadas obedecido o disposto no Artigo 1.076 do Código Civil.



Parágrafo Único: As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Cláusula VI - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e sua cessão e transferências só se efetivarão com a anuência expressa de todos os sócios que deverão ser previamente avisados no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, ficando assegurado ao(s) sócio(s) remanescente(s) o direito de preferência para adquiri-las, respeitado o mínimo proporcional às quotas que possuir a época na sociedade, obedecendo-se o disposto no Artigo 1.003 do Código Civil Brasileiro em vigor.

Cláusula VII - DA RETIRADA, DO FALECIMENTO E DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS.

(Um) - Pela saída amigável ou judicial de quaisquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, desde que o sócio remanescente concorde em adquirir para a mesma as quotas do sócio retirante, sendo certo que o valor de tais quotas será calculado com fulcro no artigo 1.031 do Código Civil Brasileiro, podendo ser pago em até 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data do balanço especial.



TRIPES
27 06 20

(Dois) - Também, na hipótese de falecimento de quaisquer dos sócios, os herdeiros e sucessores ficarão sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujos", podendo fazer-se representar na sociedade, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles devidamente credenciado pelos demais.

§ (1º) - Deliberado pelo sócio remanescente a não admissão dos herdeiros na sociedade, estes serão pagos de conformidade com o disposto no "item 1 supra, podendo o valor apurado das quotas serem pagos em até 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e consecutivas";

§ (2º) - Mediante acordo com o sócio supérstite, os herdeiros poderão ingressar na sociedade, desde que não haja impedimento legal relativo à sua capacidade jurídica.

(Três) - Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios representando mais da metade do Capital Social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da sociedade em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ (1º) - Não sendo configurada a justa causa, a exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ (2º) - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ (3º) - Podem, os sócios remanescentes, suprirem o valor da quota.



JUL 27 1962

(Quatro) - Também, poderá ser excluído por iniciativa de qualquer sócio independente do percentual de sua participação nas quotas da sociedade, o sócio que concorrer à falta grave no cumprimento de suas obrigações colocando em risco as atividades da mesma, ou por incapacidade superveniente, devendo tal exclusão se operar judicialmente.

(Cinco) - A retirada, exclusão ou falecimento de sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, das responsabilidades pelas obrigações sociais anteriores, até 02 (dois) anos depois de averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não requerer a averbação (Artigo 1.032 do C. Civil).

Cláusula VIII - DO FORO, DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E PENALIDADES.

(Um) - Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas da presente sociedade e instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser bem como, as cláusulas e demais condições omissas neste instrumento, serão regidas pelas leis atinentes a esta forma societária e vigente no país, em especial, à Lei 10.406/02.

(Dois) A administradora declara, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

ind

JUCESP
27 MAI 2020

(Três) - As cláusulas e demais condições omissas neste instrumento serão regidas pelas leis atinentes a esta forma societária e vigente no país, podendo o mesmo ser reformado a qualquer tempo e em qualquer de suas disposições, sempre através de alteração contratual devidamente autorizada pelos sócios.

E, por se acharem justos e pactuados, mandaram redigir o presente instrumento de Contrato Social, em 03 (três) vias de igual teor e forma, impressa apenas no anverso de 11 (Onze) laudas, cada uma, que depois de lido e achado conforme os combinados assinam-no, levando-se o registro na JUCESP para que surtam os efeitos legais e de direito.

São Paulo, 15 de janeiro de 2020.


VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE
DOS SANTOS - (Sócia)


ANGELO TRINDADE DOS SANTOS
(Sócio)



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITACAO
CADASTRO NACIONAL DE HABITACAO

VALIA EN FOLHA
O TERREIRO NACIONAL
1754061531

PE

NOME
ANGELO TRINDADE DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
26426722 SSP SP

CPF
255.392.968-42

DATA NASCIMENTO
28/11/1978

PELAGAO
DOMINGOS PINHEIROS DOS SANTOS
ZELINDA TRINDADE DOS SANTOS

PERMISSAO
SOLICITACAO

ACC
PROVISORIO

CAT. HAB
B

Nº REGISTRO
01059277507

VALIDADE
23/01/2023

Nº HABILITACAO
19/01/2000

OBSERVAÇÕES
NAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
RECIFE, PE

DATA EMISSAO
14/11/2018

Charles Anderson Sousa Monteiro
Diretor Presidente

ASSINATURA DO DIRETOR

64816747825
PE065164840

PERNAMBUCO

PROIBIDA REPRODUCAO
1754061531

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO



CPF
275.968.818-66

DATA NASCIMENTO
14/06/1978

PLACAO
CDATE NOVO DOS SANTOS

NOME
VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS

END. CONTATARE/CEP EMBRACOR/UF
323533036 SGP SP

PRIMEIRO NOME
MARGARETE ROSE DOS SAM

TOR

DATA ACAD.
03/09/2024

INSCRIÇÃO
30/04/2024

DATA HAB.
04/10/2004

CLASS. ACAD.
B

1ª HABILITAÇÃO

REGISTRO
03396861161

OBSERVAÇÕES

LOCAL
JABOATÃO DOS GUARARAPES, PE

DATA EMISSÃO
30/04/2019

PROIBIDO PLASTIFICAR

PERNAMBUCO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO
74.428.657/0001-90
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
23/02/1994

NOME EMPRESARIAL
ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
NEW PLAY TELECOM

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS

33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação
95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC
61.10-8-02 - Serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT
61.20-5-01 - Telefonia móvel celular
61.20-5-99 - Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente
61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo
61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R GENERAL SEVERIANO

NUMERO
58

COMPLEMENTO
LETRA A

CEP
03.350-120

BAIRRO/DISTRITO
VILA INVERNADA

MUNICÍPIO
SAO PAULO

UF
SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO
VIVIANE@NEWPLAYTELECOM.COM.BR

TELEFONE
(81) 3361-1121/ (11) 2966-0003

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 02/09/2020 às 20:35:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 74.428.657/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/02/1994
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 85.99-6-03 - Treinamento em informática 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 61.42-6-00 - Operadoras de televisão por assinatura por microondas 61.43-4-00 - Operadoras de televisão por assinatura por satélite 61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico 80.20-0-02 - Outras atividades de serviços de segurança 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R GENERAL SEVERIANO	NÚMERO 58	COMPLEMENTO LETRA A
--	---------------------	-------------------------------

CEP 03.350-120	BAIRRO/DISTRITO VILA INVERNADA	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
--------------------------	--	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO VIVIANE@NEWPLAYTELECOM.COM.BR	TELEFONE (81) 3361-1121 / (11) 2966-0003
---	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 02/09/2020 às 20:35:35 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA
CNPJ: 74.428.657/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:06:11 do dia 06/07/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/01/2023.

Código de controle da certidão: **378D.B6FF.7E59.2207**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 74.428.657

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 37241440

Data e hora da emissão 24/06/2022 09:17:01

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no site
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1

(hora de Brasília)



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0520590 - 2022

CPF/CNPJ Raiz: 74.428.657/

Contribuinte: ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA-ME

Liberação: 13/06/2022

Validade: 11/09/2022

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 2.234.067-0- Início atv :23/02/1994 (R GAL - SEVERIANO, 00058 - CEP: 03350-120)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. CERTIFICAMOS QUE CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO ISS - SIMPLES NACIONAL COM A EXIGIBILIDADE SUSPensa EM RAZÃO DE PARCELAMENTO(S), EM VIGOR, NA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.*****

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:45:21 horas do dia 13/06/2022 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: DCE92295

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 74.428.657/0001-90

Razão Social: ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME

Endereço: R GENERAL SEVERIANO 58 LETRA A / VILA INVERNADA / SAO PAULO / SP
/ 03350-120

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/07/2022 a 06/08/2022

Certificação Número: 2022070802082200287323

Informação obtida em 14/07/2022 11:39:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 74.428.657/0001-90

Certidão nº: 11560171/2022

Expedição: 12/04/2022, às 09:39:17

Validade: 09/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 74.428.657/0001-90, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 7630124

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 25/05/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, CNPJ: 74.428.657/0001-90, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 26 de maio de 2022.

PEDIDO Nº:

0057588550



TERMO DE ABERTURA**DIÁRIO GERAL**

N. de Ordem : 27

O presente Livro Diário Geral possui 142 páginas numeradas do nº 1 ao nº 142 e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da sociedade empresária abaixo identificada:

Nome empresarial: ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME

Município: São Paulo

Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo Nire: 35212109781

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 21/02/1994

CNPJ: 74.428.657/0001-90

São Paulo, 01 de janeiro de 2021.

ASCOT
TELECOMUNICACOES
LTDA:74428657000190

Assinado de forma digital por
ASCOT TELECOMUNICACOES
LTDA:74428657000190
Dados: 2022.06.03 16:37:46 -03'00'

JAILSON DA CRUZ
MONTEIRO:07273905
000184

Assinado de forma digital por
JAILSON DA CRUZ
MONTEIRO:07273905000184
Dados: 2022.06.03 16:38:14 -03'00'

SOCIO E ADMINISTRADOR

VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS
RG:323533036 - CPF:275.968.818-66

CONTADOR

JAILSON DA CRUZ MONTEIRO
CT CRC: 1SP185206/O-3 - CPF:044.564.278-50

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME
 Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 74.428.657/0001-90
 Número de Ordem do Livro: 27
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME
 NIRE 35212109781
 CNPJ 74.428.657/0001-90
 Número de Ordem 27
 Natureza do Livro Livro Diário Geral
 Município SAO PAULO
 Data do arquivamento dos atos constitutivos 21/02/1994
 Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária
 Data de encerramento do exercício social 31/12/2021
 Quantidade total de linhas do arquivo digital 7941

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME
 Natureza do Livro Livro Diário Geral
 Número de ordem 27
 Quantidade total de linhas do arquivo digital 7941
 Data de inicio 01/01/2021
 Data de término 31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.48.4E.2F.54.ED.DD.91.4A.24.BD.90.3D.6E.46.29.DF.C8.4F.63-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



076

Entidade: ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
 Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 74.425.657/0001-90
 Número de Ordem do Livro: 27
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita		R\$ 455.450,55	R\$ 575.845,75
RECEITA BRUTA VENDAS		R\$ 501.626,58	R\$ 631.536,43
VENDA DE MERCADORIAS		R\$ 135.071,63	R\$ 225.733,77
VENDA PROD. FABRICAÇÃO PRÓPRIA		R\$ 0,00	R\$ 1.856,44
VENDA DE SERVIÇOS		R\$ 366.554,95	R\$ 404.146,22
(-) (-) DEDUÇÃO RECEITA BRUTA		R\$ (46.177,63)	R\$ (55.806,07)
(-) SIMPLES NACIONAL		R\$ (37.115,69)	R\$ (55.806,07)
ISS		R\$ (3.669,94)	R\$ 0,00
DEVOLUÇÕES DE VENDAS		R\$ (5.392,00)	R\$ 0,00
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 1,60	R\$ 115,42
JUROS ATIVOS		R\$ 0,00	R\$ 64,52
RENDIMENTOS APLIC. FINANCEIRA		R\$ 1,60	R\$ 0,00
DESCONTOS OBTIDOS		R\$ 0,00	R\$ 50,90
(-) CUSTOS		R\$ (109.987,24)	R\$ (164.542,06)
(-) CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ (109.987,24)	R\$ (164.542,06)
(-) CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ (109.987,24)	R\$ (164.542,06)
(-) DESPESAS		R\$ (134.358,57)	R\$ (209.637,12)
(-) DESPESAS C/ PESSOAL		R\$ (5.512,39)	R\$ (1.189,33)
(-) SALÁRIOS		R\$ 0,00	R\$ (403,05)
(-) FGTS		R\$ 0,00	R\$ (32,24)
ASSISTÊNCIA MÉDICA ODONTOLÓGICA		R\$ (3.110,68)	R\$ 0,00
FARMÁCIA		R\$ (2.223,80)	R\$ (606,17)
(-) DESPESAS C/ FÉRIAS		R\$ (177,91)	R\$ (55,85)
(-) DESPESAS FGTS S/ FÉRIAS		R\$ (111.575,03)	R\$ (210.538,01)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (17.689,33)	R\$ (25.400,00)
(-) PRO-LABORE		R\$ 0,00	R\$ (2.000,00)
(-) LOCAÇÃO DE BENS		R\$ (256,24)	R\$ (1.811,42)
(-) ENERGIA ELÉTRICA		R\$ (454,18)	R\$ (4.443,62)
(-) DESPESAS COM. COMUNICAÇÃO		R\$ (50,00)	R\$ 0,00
MATERIAL DE ESCRITÓRIO		R\$ (3.069,60)	R\$ (4.287,22)
(-) DESPESAS C/ COPIA		R\$ (800,38)	R\$ (4.845,89)
(-) MATERIAL DE CONSUMO		R\$ 0,00	R\$ (6.481,33)
(-) MANUT. E CONSERV. DE VEÍCULOS		R\$ (60,62)	R\$ (25,00)
(-) MANUT. E CONSERV. INSTALAÇÕES		R\$ (1.150,65)	R\$ (8.299,87)
(-) DESPESAS C/ CORREIOS		R\$ (76.639,60)	R\$ (141.795,92)
(-) SERVIÇOS TOMADOS PJ		R\$ (158,33)	R\$ (585,68)
(-) DESPESAS LEGAIS E CARTÓRIO		R\$ (6.600,00)	R\$ (6.522,00)
(-) HONORÁRIOS CONTÁBEIS		R\$ (1.783,01)	R\$ (2.384,37)
(-) PREMIOS DE SEGUROS		R\$ 0,00	R\$ (5,00)
(-) BOLETINS, JORNAIS E REVISTAS		R\$ 0,00	R\$ (215,00)
(-) MANUTENÇÃO SISTEMAS E SOFTWARES		R\$ (15,00)	R\$ 0,00
CONTRIBUIÇÕES E DONATIVOS		R\$ (547,54)	R\$ 0,00
(-) FARMÁCIA		R\$ (172,35)	R\$ (524,76)
(-) DESPESAS COMERCIAIS		R\$ (5.280,51)	R\$ (15.820,82)
(-) FRETES E CARRETOS		R\$ (1.670,00)	R\$ (280,30)
(-) DESP. C/ VIAGENS E ESTADIAS		R\$ (3.532,35)	R\$ (8.593,18)
(-) COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ (1.078,26)	R\$ (6.733,23)
(-) ESTACIONAMENTO E PEDAGIO		R\$ 0,00	R\$ (214,43)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (6.965,85)	R\$ (36.491,79)
(-) JUROS PASSIVOS		R\$ (298,73)	R\$ (948,82)
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS		R\$ 0,00	R\$ (289,49)
(-) DESPESAS BANCARIAS		R\$ (3.456,69)	R\$ (2.742,35)
(-) ENC. E JUROS S/ FINANCIAMENTOS		R\$ (3.210,43)	R\$ (27.203,78)
(-) ENCARGOS S/ PARC. IMPOSTOS		R\$ 0,00	R\$ (5.307,35)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (588,09)	R\$ (1.061,50)
IOF		R\$ (13,16)	R\$ 0,00
(-) TAXAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS		R\$ (974,93)	R\$ (1.061,50)
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÕES		R\$ (2.476,20)	R\$ (2.476,08)
(-) DEPRECIAÇÃO		R\$ (2.476,20)	R\$ (2.476,08)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (558,40)	R\$ (2.009,59)
MULTAS FISCAIS		R\$ (558,40)	R\$ 0,00
(-) MULTAS CONTRATUAIS		R\$ 0,00	R\$ (2.009,59)
= Lucro		R\$ 212.105,74	R\$ 141.595,88

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.48.4E.2F.54.ED.DD.91.4A.24.BD.90.3D.6E.4B.29.DF.C8.4F.53-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1

Empresa: ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME

Página: 137

CNPJ: 74.428.657/0001-90

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021 - CONSOLIDADO

Balanco Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Ativo	422.472,08	Passivo	422.472,08
ATIVO CIRCULANTE	419.872,01	PASSIVO CIRCULANTE	272.260,24
ATIVO DISPONIVEL	56.034,97	OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	272.260,24
CAIXA	157,30	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	726,00
CAIXA	157,30	INSS A RECOLHER	726,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	55.877,67	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	20.033,63
BANCO BRADESCO S.A.	25.683,67	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	4.714,06
BANCO DO BRASIL S.A. - RENDA FIXA LP 100	7.889,24	ICMS A RECOLHER	786,10
TITULO CAPITALIZAÇÃO-BRADESCO	22.304,76	PARCELAMENTOS SIMPLES NACIONAL	18.574,80
CONTAS A RECEBER	273.819,17	(-) JUROS A INCORRER - PARC.SIMPLES	(4.041,33)
CLIENTES	74.982,21	FORNECEDORES	41.538,51
DUPLICATAS A RECEBER	74.982,21	FORNECEDORES DIVERSOS	41.538,51
OUTRAS CONTAS A RECEBER	198.836,96	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	244.005,93
CONTA CORRENTE SÓCIOS	138.435,03	EMPRESTIMOS BCO BRASIL S.A.	15.772,03
C/C NEW PLAY TELECOMUNICAÇÃO LTDA	60.401,93	EMPRESTIMO ITAU - GIRO	78.176,33
ESTOQUE	79.114,66	EMPRESTIMO GIRO - BRADESCO	144.628,78
MERCADORIAS PARA REVENDA	79.114,66	C/C - BRADESCO	5.428,77
COMPRAS MERCADORIAS PARA REVENDA	79.114,66	(-) ENCARGOS FINANCEIROS A TRANSCORRER	(44.062,62)
OUTROS CREDITOS	10.903,21	JUROS PASSIVOS	(44.062,62)
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.254,22	PROVISÕES	8.060,81
INSS	1.254,22	PROVISÃO PARA FERIAS	7.422,89
GARANTIAS E CAUÇÕES	9.648,99	ENCARGOS FGTS S/ FERIAS A RECOLHER	637,92
GARANTIAS CONTRATUAIS A RETORNAR	9.648,99	OUTRAS CONTAS A PAGAR	1.958,00
ATIVO PERMANENTE	2.600,07	PRO-LABORE A PAGAR	1.958,00
IMOBILIZADO	2.600,07	PATRIMONIO LIQUIDO	150.211,84
IMOBILIZADO	14.663,00	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	100.000,00
MOVEIS E EQUIPAMENTOS	4.564,90	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	100.000,00
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	1.599,00	CAPITAL NACIONAL	100.000,00
VEICULOS E ACESSORIOS	8.500,00	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	50.211,84
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(12.062,93)	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	50.211,84
(-) DEPREC MOVEIS E UTENSILIOS	(2.920,65)	LUCROS ACUMULADOS	39.202,58
(-) DEPREC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	(1.492,26)	RESULTADO DO EXERCICIO EM CURSO	141.566,60
(-) DEPREC VEICULOS E ACESSORIOS	(7.650,02)	AJUSTES EXERCICIOS ANTERIORES	11.009,26
		(-) DISTRIBUIÇÃO LUCROS ISENTOS	(141.566,60)

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 422.472,08 (quatrocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e dois Reais e oito Centavos)

ASCOT

TELECOMUNICACOES

LTDA:74428657000190

Assinado de forma digital por
ASCOT TELECOMUNICACOES
LTDA:74428657000190
Dados: 2022.06.03 16:34:21 -03'00'

JAILSON DA CRUZ

MONTEIRO:04456427850

Assinado de forma digital por

JAILSON DA CRUZ

MONTEIRO:04456427850

Dados: 2022.06.03 16:35:01 -03'00'

SOCIO E ADMINISTRADOR

VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS

CPF: 275.968.818-66

CONTADOR

JAILSON DA CRUZ MONTEIRO

CT CRC: ISP185206/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL



078

Entidade: ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
 Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 74.428.657/0001-90
 Número de Ordem do Livro: 27
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 293.223,00	R\$ 422.472,06
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 298.147,35	R\$ 419.572,01
ATIVO DISPONÍVEL		R\$ 861,49	R\$ 96.004,97
CAIXA		R\$ 157,30	R\$ 157,30
CAIXA		R\$ 157,30	R\$ 157,30
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 7,00	R\$ 7,00
BANCO BRADESCO S.A.		R\$ 7,00	R\$ 7,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 706,19	R\$ 55.477,67
BANCO BRADESCO S.A.		R\$ 706,19	R\$ 25.683,67
BANCO DO BRASIL S.A. - RENDA FIXA LP 100		R\$ 0,00	R\$ 7.889,24
TÍTULO CAPITALIZAÇÃO-BRADESCO		R\$ 0,00	R\$ 22.304,76
CONTAS A RECEBER		R\$ 280.589,31	R\$ 273.819,17
CLIENTES		R\$ 17.073,20	R\$ 74.502,21
DUPPLICATAS A RECEBER		R\$ 17.073,20	R\$ 74.502,21
OUTRAS CONTAS A RECEBER		R\$ 242.526,11	R\$ 148.438,46
CONTA CORRENTE SÓCIOS		R\$ 226.886,75	R\$ 138.435,30
CXO NEW PLAY			
TELECOMUNICAÇÃO LTDA		R\$ 15.559,36	R\$ 20.401,53
ESTOQUE		R\$ 27.684,55	R\$ 79.114,66
MERCADORIAS PARA REVENDA		R\$ 27.684,55	R\$ 79.114,66
COMPRAS MERCADORIAS PARA REVENDA		R\$ 27.684,55	R\$ 79.114,66
OUTROS CREDITOS		R\$ 0,00	R\$ 10.903,21
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 1.294,22
INSSP		R\$ 0,00	R\$ 1.294,22
GARANTIAS E CAUÇÕES		R\$ 0,00	R\$ 9.648,39
GARANTIAS CONTRATUAIS A RECEBER		R\$ 0,00	R\$ 9.648,39
ATIVO PERMANENTE		R\$ 5.075,15	R\$ 2.600,07
IMOBILIZADO		R\$ 5.075,15	R\$ 2.600,07
IMOBILIZADO		R\$ 14.563,00	R\$ 14.563,00
MOVEIS E EQUIPAMENTOS		R\$ 4.584,00	R\$ 4.584,00
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA		R\$ 1.595,00	R\$ 1.595,00
VEÍCULOS E ACESSÓRIOS		R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
(-)- DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R\$ (9.096,85)	R\$ (12.002,53)
(-)- DEPREC. MOVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ (2.454,29)	R\$ (2.920,51)
(-)- DEPREC. EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA		R\$ (1.172,46)	R\$ (1.492,26)
(-)- DEPREC. VEÍCULOS E ACESSÓRIOS		R\$ (5.560,10)	R\$ (7.610,02)
Passivo		R\$ 293.223,00	R\$ 422.472,06
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 154.020,92	R\$ 272.260,24
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		R\$ 154.020,92	R\$ 272.260,24
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR		R\$ 228,90	R\$ 726,90
INSS A RECOLHER		R\$ 228,90	R\$ 726,90
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		R\$ 26.814,33	R\$ 20.033,53
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		R\$ 10.277,15	R\$ 4.714,26
ICMS A RECOLHER		R\$ 138,67	R\$ 738,19
ISSP A RECOLHER		R\$ 547,80	R\$ 0,00
PARCELAMENTOS SIMPLES NACIONAL		R\$ 22.503,80	R\$ 15.574,80
(-)- JUROS A INCORRER - PARO SIMPLES		R\$ (6.073,05)	R\$ (4.041,33)
FORNECEDORES		R\$ 13.642,73	R\$ 41.535,51
FORNECEDORES DIVERSOS		R\$ 13.642,73	R\$ 41.535,51
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 137.503,82	R\$ 244.205,07
EMPRESTIMOS BCO BRASIL S.A.		R\$ 61.274,31	R\$ 15.772,50
EMPRESTIMO ITAU - GIRO		R\$ 86.229,51	R\$ 78.796,23
EMPRESTIMO GIRO - BRADESCO		R\$ 0,00	R\$ 144.628,78
CXO - BRADESCO		R\$ 0,00	R\$ 5.428,77
(-)- ENCARGOS FINANCEIROS A TRANSFERIR		R\$ (35.336,74)	R\$ (44.062,62)
(-)- JUROS PASSIVOS		R\$ (35.336,74)	R\$ (44.062,62)
PROVISÕES		R\$ 7.305,73	R\$ 8.060,81
PROVISÃO PARA FÉRIAS		R\$ 6.724,72	R\$ 7.422,85
ENCARGOS FGTS S/ FÉRIAS A RECOLHER		R\$ 582,01	R\$ 637,97
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R\$ 1.860,10	R\$ 1.565,00
PRO-LABORE A PAGAR		R\$ 1.860,10	R\$ 1.565,00
Patrimônio Líquido		R\$ 139.202,58	R\$ 150.211,82
CAPITAL SOCIAL REALIZADO		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
CAPITAL NACIONAL		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 39.202,58	R\$ 50.211,82
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 39.202,58	R\$ 50.211,82
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 39.202,58	R\$ 39.202,58
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO		R\$ 0,00	R\$ 141.536,59
AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES		R\$ 0,00	R\$ 1.029,25
(-) DISTRIBUIÇÃO LUCROS DENTROS		R\$ 0,00	R\$ (14.565,62)

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.48.4E.2F.54.ED.DD.91.4A.24.8D.9D.3D.6E.46.29.DF.C8.4F.63.7, nos termos do Decreto nº 8.683/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1

Empresa: ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME

Página: 138

CNPJ: 74.428.657/0001-90

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021 - NÃO CONSOLIDADO

Demonstração do Resultado do Exercício

Receitas Brutas	
VENDA DE MERCADORIAS	225.733,77 C
VENDA PRODS FABRICAÇÃO PRÓPRIA	1.656,44 C
VENDA DE SERVIÇOS	-404.146,22 C
Total:	631.536,43 C
(-) Deduções	
SIMPLES NACIONAL	55.806,07 D
Total:	55.806,07 D
= Receita Líquida	
	575.730,36 C
(-) Custos	
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	164.642,06 D
MANUTENÇÃO SISTEMAS E SOFTWARES	219,00 D
Total:	164.861,06 D
= Lucro Bruto	
	410.869,30 C
(-) Despesas Administrativas	
SALARIOS	403,06 D
FGTS	32,24 D
DESPESAS C/ FERIAS	698,17 D
DESPESAS FGTS S/ FERIAS	55,86 D
FARMACIA	524,79 D
Total:	1.714,12 D
(-) Despesas com Vendas	
FRETES E CARRETOS	280,00 D
DESP C/ VIAGENS E ESTADIAS	8.593,19 D
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	6.733,23 D
ESTACIONAMENTO E PEDAGIO	214,40 D
Total:	15.820,82 D
(-) Despesas Financeiras	
JUROS PASSIVOS	948,82 D
DESCONTOS CONCEDIDOS	289,49 D
DESPESAS BANCARIAS	2.742,35 D
ENCARGOS S/PARC.IMPOSTOS	5.307,35 D
MULTAS CONTRATUAIS	2.059,59 D
Total:	11.347,60 D
(-) Despesas Gerais	
PRO-LABORE	26.400,00 D
LOCAÇÃO DE BENS	2.000,00 D
ENERGIA ELETRICA	1.611,42 D
DESPESAS COM COMUNICAÇÃO	4.443,02 D
DESPESAS C/ COPA	4.267,22 D
LANCHES E REFEIÇÕES	4.845,89 D
MATERIAL DE CONSUMO	6.481,03 D
MANUT E CONSERV DE VEICULOS	25,00 D
MANUT E CONSERV INSTALAÇÕES	127,80 D
DESPESAS C/ CORREIOS	8.299,87 D
SERVIÇOS TOMADOS PJ	141.795,92 D
DESPESAS LEGAIS E CARTORIO	585,68 D
HONORARIOS CONTABEIS	6.522,00 D
PREMIOS DE SEGUROS	2.384,37 D
BOLETINS, JORNAIS E REVISTAS	5,00 D
Total:	209.794,22 D
(-) Despesas Tributárias	
- - - -	

Empresa: ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME

Página: 139

CNPJ: 74.428.657/0001-90

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021 - NÃO CONSOLIDADO

Demonstração do Resultado do Exercício

TAXAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS		1.061,50 D
	Total:	1.061,50 D
(-) <i>Outras Despesas Operacionais</i>		
DEPRECIAÇÃO		2.476,08 D
	Total:	2.476,08 D
(+) <i>Receitas Financeiras</i>		
JUROS ATIVOS		64,62 C
DESCONTOS OBTIDOS		50,80 C
ENC. E JUROS S/FINANCIAMENTOS		27.203,78 D
	Total:	27.088,36 D
= <i>Lucro Operacional</i>		141.566,60 C
= <i>Lucro Contábil Líquido antes da Contribuição Social</i>		141.566,60 C
= <i>Lucro Contábil Líquido antes do Imposto de Renda</i>		141.566,60 C
= <i>Lucro</i>		141.566,60 C
= <i>Lucro Líquido do Período</i>		141.566,60 C

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

ASCOT

TELECOMUNICACOES

LTDA:74428657000190

Assinado de forma digital por
 ASCOT TELECOMUNICACOES
 LTDA:74428657000190
 Dados: 2022.06.03 16:35:51
 -03'00'

SOCIO E ADMINISTRADOR

VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS

CPF: 275.968.818-66

JAILSON DA CRUZ

MONTEIRO:04456

427850

Assinado de forma digital por
 JAILSON DA CRUZ
 MONTEIRO:04456427850
 Dados: 2022.06.03 16:36:26
 -03'00'

CONTADOR

JAILSON DA CRUZ MONTEIRO

CT CRC: 1SP185206/O-3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Entidade: ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

CNP 74.428.657/0001-90

Número de Ordem do Livro: 27

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido					AJEXERC ANTERIOR (R\$)	Total (R\$)
	CAPITAL NACIONAL (R\$)	LUCROS ACUMULADOS (R\$)	RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO (R\$)	(-) DISTRIBUIÇÃO LUCROS ISENTOS (R\$)	(-) DISTRIBUIÇÃO LUCROS ISENTOS (R\$)		
Saldo Inicial em 01.01.2021	100.000,00	39.202,58	0,00	0,00	0,00	139.202,58	
AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES						11.009,26	
(-) DISTRIBUIÇÃO LUCROS ISENTOS					(-)141.566,60	(-)141.566,60	
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	100.000,00	39.202,58	141.566,60		(-)141.566,60	141.566,60	
Saldo Final em 31.12.2021			141.566,60		(-)141.566,60	11.009,26	150.211,84

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E9.48.4E.2F.54.ED.DD.91.4A.24.BD.90.3D.6E.46.29.DF.C8.4F.63-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1

TERMO DE ENCERRAMENTO**DIÁRIO GERAL**

N. de Ordem : 27

O presente Livro Diário Geral possui 142 páginas numeradas do nº 1 ao nº 142 e serviu para a escrituração do período de 01/01/2021 a 31/12/2021 da sociedade empresária ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME.

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

ASCOT
TELECOMUNICACOES
LTDA:74428657000190

Assinado de forma digital por
ASCOT TELECOMUNICACOES
LTDA:74428657000190
Dados: 2022.06.03 16:39:09 -03'00'

SOCIO E ADMINISTRADOR

VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS
RG:323533036 - CPF:275.968.818-66

JAILSON DA CRUZ
MONTEIRO:04456427
850

Assinado de forma digital por
JAILSON DA CRUZ
MONTEIRO:04456427850
Dados: 2022.06.03 16:39:52 -03'00'

CONTADOR

JAILSON DA CRUZ MONTEIRO
CT CRC: ISP185206/O-3 - CPF:044.564.278-50



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35212109781		21/02/1994	07/02/1994				
NOME COMERCIAL						TIPO JURÍDICO	
ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA.						SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)	
C.N.P.J.		ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO		
74.428.657/0001-90		RUA GENERAL SEVERIANO		58	A		
BAIRRO		MUNICÍPIO		UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL
VILA INVERNADA		SAO PAULO		SP	03350-120	R\$	100.000,00

OBJETO SOCIAL
COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME					
ANGELO TRINDADE DOS SANTOS					
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA JOSE BRAS MOSCOW			978	APTO 1408 -	
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	RG
PIEDADE	JABOATAO DOS GUARARAPES		PE	54410-390	264267229
CPF	CARGO				QUANTIDADE COTAS
255.392.968-42	SÓCIO E ADMINISTRADOR				50.000,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME					
VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS					
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA ANIBAL RIBEIRO VAREJAO			202		
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	RG
CANDEIAS	JABOATAO DOS GUARARAPES		PE	54430-350	323533036
CPF	CARGO				QUANTIDADE COTAS
275.968.818-66	SÓCIO E ADMINISTRADOR				50.000,00

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO

DATA	NÚMERO	
27/05/2020	166.778/20-5	
<p>ADMITIDO ANGELO TRINDADE DOS SANTOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: PRETA, CPF: 255.392.968-42, RG/RNE: 26426722-9 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE BRAS MOSCOW, 978, APTO 1408 -, PIEDADE, JABOATAO DOS GUARARAPES - PE, CEP 54410-390, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 50.000,00.</p>		
<p>REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS SANTOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: PARDA, CPF: 275.968.818-66, RG/RNE: 32353303-6 - SP, RESIDENTE À RUA ANIBAL RIBEIRO VAREJAO, 202, CANDEIAS, JABOATAO DOS GUARARAPES - PE, CEP 54430-350, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 50.000,00.</p>		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35212109781
 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 26/05/2022




Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp, A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesp-online.sp.gov.br sob o número de autenticidade 172242852, quinta-feira, 26 de maio de 2022 às 10:30:31.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022
PROCESSO Nº 095/2022

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

A empresa **ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, CNPJ 74.428.657/0001-90, sediada na Rua General Severiano, 58 – Vila Invernada - CEP 03350-120 - São Paulo - SP, doravante denominada LICITANTE**, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: (a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; (c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela; (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto; (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e (f) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la. Declaro, ainda, para os efeitos art. 299 do Código Penal Brasileiro, não estar sujeito às hipóteses de impedimento de participação elencadas nos arts. 18 e 125 da Lei estadual no 9.433/05, quais sejam: Art. 18 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários: I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II - a empresa responsável, isoladamente ou em consórcio, pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, subordinado ou subcontratado; III - servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; IV - demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 desta Lei, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal. § 1º - É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa, a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação ou na execução da obra ou serviço, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada. § 2º - O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua, como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração, a elaboração do projeto executivo. § 3º - Considera-se participação indireta, para os fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou de parentesco até o 3º grau entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários. § 4º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior aos membros da comissão de licitação. Art. 125 - É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais. Parágrafo único - Não se inclui na vedação deste artigo a prestação de serviços em caráter eventual, de consultoria técnica, treinamento e aperfeiçoamento, bem como a participação em comissões examinadoras de concursos, no âmbito da Administração Pública.

São Paulo, 15 de Julho de 2022.



Viviane Rose Novo Trindade dos Santos
RG 32.353.303-6 - CPF 275.968.818-66
Diretora Administrativa

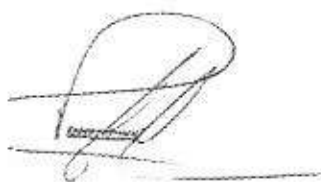
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022
PROCESSO Nº 095/2022

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO
DA EMPRESA - Decreto 4.358, de 05.09.2002.**

A **ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME**, inscrito no CNPJ nº 74.428.657/0001-90, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) Viviane Rose Novo Trindade dos Santos, portador(a) da Carteira de Identidade nº 32.353.303-6 e do CPF nº 275.968.818-66. **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (não).

São Paulo, 15 de Julho de 2022.




Viviane Rose Novo Trindade dos Santos
RG 32.353.303-6 - CPF 275.968.818-66
Diretora Administrativa

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013 / 2022 – DECOMP/DA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00112-00005830/2021-26**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA /EMPRESA DE PEQUENO PORTE E INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES QUE CONDUZAM AO DESENQUADRAMENTO**

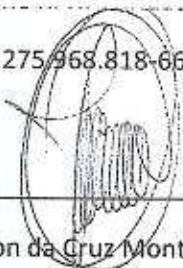
A **ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME**, inscrito no CNPJ nº 74.428.657/0001-90, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) Viviane Rose Novo Trindade dos Santos, portador(a) da Carteira de Identidade nº 32.353.303-6 e do CPF nº 275.968.818-66, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

São Paulo, 15 de Julho de 2022.



Viviane Rose Novo Trindade dos Santos
RG 32.353.303-6 - CPF 275.968.818-66
Diretora Administrativa

CPF: 275.968.818-66



Jailson da Cruz Monteiro

CRC: 1SP185206/O-3

Jailson da Cruz Monteiro
Rua General Severiano, 58
Vila Invernada - São Paulo - SP
Fone: 2965-5343
CRC 1SP185206/O-3

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022
PROCESSO Nº 095/2022

DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL

A pessoa jurídica A **ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME**, inscrito no **CNPJ nº 74.428.657/0001-90**, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) **Viviane Rose Novo Trindade dos Santos**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 32.353.303-6 e do CPF nº 275.968.818-66, DECLARA, para os fins do contido no artigo 9º, inciso III da Lei 8666/93, especialmente para o Edital de PREGÃO Nº 48/2022 -PMCDs, que não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Declara, para os fins do contido na Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa.

Declara, ainda, para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745/2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

São Paulo, 15 de Julho de 2022.



Viviane Rose Novo Trindade dos Santos
RG 32.353.303-6 - CPF 275.968.818-66
Diretora Administrativa

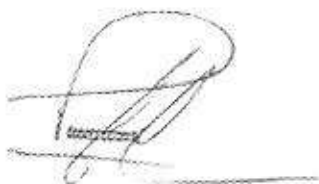
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022
PROCESSO Nº 095/2022

DECLARAÇÃO CNAE

A **ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME**, inscrito no **CNPJ nº 74.428.657/0001-90**, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) **Viviane Rose Novo Trindade dos Santos**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 32.353.303-6 e do CPF nº 275.968.818-66 representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita é prestação de serviços_(código CNAE) 4751-2/01 descrição da atividade: Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

São Paulo, 15 de Julho de 2022.



Viviane Rose Novo Trindade dos Santos
RG 32.353.303-6 - CPF 275.968.818-66
Diretora Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022
PROCESSO Nº 095/2022

DECLARAÇÃO DE DECLINAÇÃO DE VISTORIA

Em atendimento Pregão eletrônico 48/2022, eu, Sr(a) *Viviane Rose Novo Trindade dos Santos*, portador(a) da Carteira de Identidade nº 32.353.303-6 e do CPF nº 275.968.818-66, representante legal da empresa **ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, CNPJ 74.428.657/0001-90**, sediada na Rua General Severiano, 58 – Vila Invernada - CEP 03350-120 - São Paulo - SP, declaro ser desnecessário a vistoria aos locais onde serão executados os serviços objeto dessa licitação, uma vez que as informações constantes no referido Edital são suficientes para demonstrar as condições e graus de dificuldades a eles inerentes.

São Paulo, 15 de Julho de 2022.



Viviane Rose Novo Trindade dos Santos
RG 32.353.303-6 - CPF 275.968.818-66
Diretora Administrativa



"Diversas Soluções em Tecnologia da Informação e
Comunicação com Alto Impacto e Renovação na
Área de Telecom - Network - Security"

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022
PROCESSO Nº 095/2022**

DECLARAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DO LICITANTE

Razão Social: ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
C.N.P.J. 74.428.657/0001-90
Endereço Eletrônico (email) : contato@newplaytelecom.com.br
Endereço Comercial Rua General Severiano, 58 A
Telefone Comercial 81 3096-1446
Fac-símile 81 3096-1446
Nome do Representante: Viviane Rose Novo Trindade dos Santos

São Paulo, 15 de Julho de 2022.

Viviane Rose Novo Trindade dos Santos
RG 32.353.303-6 - CPF 275.968.818-66
Diretora Administrativa



"Diversas Soluções em Tecnologia da Informação e
Comunicação com Alto Impacto e Renovação na
Área de Telecom - Network - Security"

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022
PROCESSO Nº 095/2022**

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS

Em cumprimento ao art. 120, II da Lei estadual no 9.433/05 e ao art. 18, §4º do Decreto no 19.896/20, e em face do quanto disposto no art. 184, inc. V, e no art. 195 da Lei estadual no 9.433/05, declaro:

O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, ressalvada, na forma do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, a existência de restrição fiscal e/ou trabalhista. Declaro, ainda, a veracidade dos documentos por mim apresentados, sob as penas da lei.

São Paulo, 15 de Julho de 2022.

Viviane Rose Novo Trindade dos Santos
RG 32.353.303-6 - CPF 275.968.818-66
Diretora Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
MPF/PRPE N.º 01/2019

Atestamos, para os fins que se fizerem necessários, que a empresa **ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME**, estabelecida na rua professora Romilde Nogueira de Sá, n.º 242, bairro Imirim, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 74.428.657/0001-90, presta os serviços de manutenção, assistência e suporte técnico, preventivo e/ou corretivo, nas centrais telefônicas alocadas nas unidades de 1.ª Instância do MPF em Pernambuco (RECIFE, CABO DE SANTO AGOSTINHO, CARUARU, GARANHUNS, SERRA TALHADA, SALGUEIRO E PETROLINA), abaixo descritas, incluindo fornecimento e substituição de peças e componentes, quando necessário, com ônus para esta CONTRATANTE, bem como os serviços de assistência técnica na rede (fios e cabos de interligação), objeto do contrato MPF/PRPE n.º 01/2016, desde o dia 07 de janeiro de 2016, com o valor total liquidado, até a presente data, de R\$ 165.750,80 (cento e sessenta mil, setecentos e cinquenta reais e oitenta e centavos).

1. Recife: 01 (uma) Central Privada de Comutação Telefônica de tecnologia eletrônica (Controlada por Programa Armazenado - CPA), modelo Ericsson MD 110, equipada com:

- 01 (uma) porta Padrão ETHERNET 10 Base - T;
- 80 (oitenta) portas para ramais analógicos;
- 14 (quatorze) portas para ramais digitais;
- 30 (trinta) juntores digitais bidirecionais via Entroncamento Primário (30 B+D/RDSI/ISDN);
- 06 (seis) troncos analógicos bidirecionais;
- 01 (um) modem para Telecomunicação remota;
- 01 (um) distribuidor Geral de linhas com capacidade para 250 ramais;
- 01 (um) sistema de alimentação da Central Telefônica;
- 01 (uma) mesa Operadora de telefonista;
- 01 (um) fone de cabeça; e
- 04 (quatro) interfaces-celular com módulo GSM Siemens embutido, marca DARUMA, modelo CELLINE.

2. Cabo de Santo Agostinho, Garanhuns e Serra Talhada: 03 (três) centrais telefônicas, sendo 1 (uma) em cada município - Central telefônica, marca Siemens, modelo HIPATH 1150, equipada com:

- 04 (quatro) portas para entrocamento analógico;
- 20 (vinte) portas para ramais analógicos;
- 01 (um) módulo de identificação de chamadas;
- 01 (uma) fonte de alimentação; e
- 01 (uma) interface-celular com módulo GSM Siemens embutido, marca DARUMA, modelo CELLINE.

3. Salgueiro: 01 (uma) Central telefônica, marca Siemens, modelo HIPATH 1150, equipada com:

- 04 (quatro) portas para entrocamento analógico;
- 20 (vinte) portas para ramais analógicos;
- 01 (um) módulo de identificação de chamadas;
- 01 (uma) fonte de alimentação; e
- 01 (uma) interface-celular com módulo GSM Siemens embutido, marca INTELBRÁS, modelo ITC4000.

Av. gov. Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro - Recife - PE - CEP: 52021-170
Fone: (81) 2125.7393

Assinado digitalmente em 02/01/2020 13:55. Para verificar a autenticidade acesse:
http://www.transparencia.mpf.pe.br/validacao_documento. Chave 01E10001B0004E3C3DD3E91358C3F0C

Este documento encontra-se registrado no Conselho Federal dos Técnicos Industriais, vinculado à Certidão nº 1389982/2019, emitida em 06/01/2020



Certidão nº 1389982/2019
06/01/2020, 14:59

Chave de impressão: W7Cwd

O documento neste ato registrado foi emitido em 03/01/2020 e contém 3 folhas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

4. Caruaru e Petrolina: 02 (duas) Centrais telefônicas, marca Siemens, modelo HIPATH 3800, equipada com:

- 30 (trinta) portas para entroncamento digital;
- 08 (oito) portas para entroncamento analógico;
- 24 (vinte e quatro) portas para ramais digitais;
- 72 (setenta e duas) portas para ramais analógicos;
- 01 (uma) fonte de alimentação; e
- 01 (uma) interface-celular com módulo GSM Siemens embutido, marca DARUMA, modelo CELLINE.

No período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, o valor total do contrato em tela foi de R\$ 40.650,00 (quarenta mil, seiscentos e cinquenta reais). Se fosse mantido o valor inicial do contrato MPF/PRPE n.º 01/2016 de R\$ 4.387,50 (quatro mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), suprimido para R\$ 3.387,50 (três mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), por meio do 1.º Termo Aditivo, o valor total do contrato, no período supracitado, seria de R\$ 52.650,00 (cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais).

Os serviços descritos no presente Atestado de Capacidade Técnica foram executados sob a responsabilidade técnica do Sr. Ângelo Trindade dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o n.º 255.392.968-42.

Atestamos, ainda, que a prestação dos serviços especializados acima mencionados estão sendo executados plenamente, conforme contratado, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Recife, 02 de dezembro de 2020.

FLÁVIO KOJI HIRAMINE
Secretário Estadual substituto
MPF/PRPE

IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR
Coordenador de Administração substituto
MPF/PRPE

Assinado digitalmente em 02/01/2020 14:59. Para verificar a autenticidade acesse: <http://www.transparencia.mpt.mp.br/validadordocumento>. Chave 01B51000.1B00042C.3DD3B913.5F.C7F8E

Este documento encontra-se registrado no Conselho Federal dos Técnicos Industriais, vinculado à Certidão nº 1389982/2019, emitida em 06/01/2020



Certidão nº 1389982/2019
06/01/2020 14:59

Chave de Impressão: W7Cwd

O documento neste ato registrado foi emitido em 03/01/2020 e contém 3 folhas

Av. gov. Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro - Recife - PE - CEP: 52021-170
Fone: (81) 2125.7393



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00000041/2020 ATESTADO nº 1-2020**Signatário(a): **FLAVIO KOJI HIRAMINE**Data e Hora: **02/01/2020 13:55:29**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**Data e Hora: **02/01/2020 13:53:05**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>, Chave 01E91C00.1B0004EC.3BD3E913.5E1C3F00

Este documento encontra-se registrado no Conselho
Federal dos Técnicos Industriais, vinculado à Certidão
nº 1389982/2019, emitida em 06/01/2020



Certidão nº 1389982/2019
06/01/2020, 14:59

Chave de Impressão: W7Cwd

O documento neste ato registrado foi emitido em 03/01/2020 e contém 3 folhas

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA** (CNPJ.74.428.657/0001-90), estabelecida na Rua General Severiano, 58 – LETRA A – Vila Invernada – CEP 03350-120 - São Paulo - SP, instalou e executa manutenção em nossa Central Telefônica Avaya Modelo Avaya IPO server edition select para atender as necessidades da De Lacerda Sociedade de Advogados – CNPJ: 01.326.088/0001-07.

- *Fornecimento e manutenção de Central Telefônica PABX, composto de Suprimento de Energia Elétrica; Software de Gerenciamento Centralizado; Sistema de Senhas, Tarifação; incluindo Serviços de Instalação e materiais necessários ao perfeito funcionamento do sistema, com Transferência de Conhecimento, para atender as necessidades da Lacerda e Franze advogados.*

Central Telefônica PABX Avaya IPO Server Edition Select	Uni	01
Licenças e portas para Ramais IP-SIP (v. 2.0 RFC3261) (Cap. Máx. 3000 usuários)	Uni	1200
Ramais Analógicos (Cap. Máxima 3.000 usuários)	uni.	16
Troncos IP-SIP (Cap. Máx. 256)	canais	30
Tronco Digital E1 de 30 Canais R2 Digital	canais	120
Sistema de Suprimento de Energia Elétrica	Uni.	01
URA 8 canais	Uni	01
Vídeo conferencia/áudio conferencia	Unid	200
Sistema Centralizado de Gerenciamento e Manutenção Remota (Software)	Uni.	01
Software Operação Telefonista	uni.	01
Sistema de Tarifação Informatec e Bilhetagem (Software) 1200 ramais	uni.	01
canais para celular	uni.	16
Instalação (Parcela Única)	Serv.	01
Treinamento (Parcela Única)	Aluno	02

Atestamos ainda, que tais fornecimentos foram executados de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos para os materiais e no prazo pactuado, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

São Paulo, 05 de setembro de 2019



DE LACERDA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Sidney Graciano Franze

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa Ascot Telecomunicações Ltda ME, inscrita no CNPJ nº 74.428.657/0001-90, estabelecida à Rua General Severiano, 58 A – Vila Invernada – São Paulo – SP - CEP 03.350-120, possui contrato com o Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco, inscrita no CNPJ 11.674.777/0001-58, situado na Rua José Bonifácio, 62 – Madalena – CEP 50.710-435 - Recife - PE, nas condições especificadas abaixo:

CONTRATO:**Início: 09/01/2017****Vigência: 09/01/2020 – 2º Termo Aditivo****PAD Nº 0452/2016****Pregão Eletrônico: 13/2016**

OBJETO: Contratação de serviço de locação, de 01(uma) Central Telefônica Tipo PABXIP, Aparelhos Digitais e Aparelhos Digitais com expansão, headsets, Interfaces Celular, incluído instalação, programação e gestão em Telecomunicação, treinamentos e assistência técnica com reposição de peças, e/ou troca de equipamentos Marca Intelbras/Modelo Impacta 220.

Atestamos ainda, que tais serviços estão sendo executados de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos para os serviços e no prazo pactuado, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Recife, 02 de Maio de 2019.


CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO
MARCLEIDE CORREIA E SÁ CAVALCANTI
PRESIDENTE COREN-PE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - @cidade_unidade@ - - www.tre-go.jus.br

ATESTADO - SEMEQ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME**, **CNPJ 74.428.657\0001-90**, sediada na Rua General Severiano, 58 – Vila Invernada - CEP 03350-120 - São Paulo - SP, mantém com este Regional o Contrato TRE/GO Nº 66/2019, de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE SUPORTE TÉCNICO, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL PRIVADA DE COMUTAÇÃO TELEFÔNICA (CPCT), INSTALADA NO FÓRUM ELEITORAL DE GOIÂNIA, DA MARCA E MODELO ALCATEL LUCENT OMNI PCX ENTERPRISE.

Os serviços de manutenção, assistência e suporte técnico preventivo e/ou corretivo, na Central Telefônica Marca Alcatel-Lucent Omni PXC Enterprise instalada na Unidade Fórum Eleitoral de Goiânia foram iniciados em 16/01/2020, com previsão de término em 29/11/2022.

Configuração do sistema:

Hardware:

- CPCT marca Alcatel-Lucent, modelo OmniPCX Enterprise Anatel nº 0765-03-0168, número de Série ZSR01407000274
- 96 Ramais Analógicos;
- 8 Troncos Analógicos;
- 60 Troncos Digitais;
- 01 modem para telemanutenção;
- 01 módulo de envio de bilhetes de tarifação.

Software:

- software de tarifação centralizada web.

Goiânia, 09 de julho de 2021.

Romeu Sales de Lima

Técnico Judiciário

Fiscal do Contrato TRE/GO Nº 66/2019

Matrícula 5081122

Alexandre Batista de Menezes

Chefe da Seção de Manutenção de Equipamentos - SEMEQ

(Em Substituição)

Matrícula 5082200

Flávio Queiroz de Alcântara

Coordenador de Engenharia e Infraestrutura

Gestor do Contrato TRE/GO Nº 66/2019

Matrícula 5081149



Documento assinado eletronicamente por **ROMEU SALES DE LIMA, TÉCNICO JUDICIÁRIO**, em 09/07/2021, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE BATISTA DE MENEZES, TÉCNICO JUDICIÁRIO**, em 09/07/2021, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIO QUEIROZ DE ALCÂNTARA, TÉCNICO JUDICIÁRIO**, em 09/07/2021, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0117112** e o código CRC **596F8851**.

**Consulta Pública ao Cadastro
ICMS****Cadastro de Contribuintes de
ICMS - Cadesp**

Código de controle da consulta: 33d6b27b-4508-4333-94f6-13e1689b33e5

Estabelecimento	
IE: 113.968.826.110	
CNPJ: 74.428.657/0001-90	
Nome Empresarial: ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA	
Nome Fantasia: NEW PLAY TELECOM	
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada	
Endereço	
Logradouro: RUA GENERAL SEVERIANO	Complemento: LETRA A
Nº: 58	Bairro: VILA INVERNADA
CEP: 03.350-120	UF: SP
Município: SÃO PAULO	
Informações Complementares	
Situação Cadastral: Ativo	Data da Situação Cadastral: 18/03/1994
Ocorrência Fiscal: Ativa	Posto Fiscal: PFC-10 - TATUAPÉ
Regime de Apuração: SIMPLES NACIONAL	
Atividades Econômicas: Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	
Informações NF-e	
Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 14/01/2011	
Indicador de Obrigatoriedade de NF-e: Obrigatoriedade Total	
Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e: 01/12/2010	

[Voltar](#)

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 4.11.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURÍDICA
 Lei Federal Nº 13639 de 26 de Março de 2018

CRT SP

Nº 1562349/2022
Emissão: 11/07/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 9xc6a

Conselho Regional dos Técnicos Industriais SP

CERTIFICAMOS que a Pessoa Jurídica mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 13.639/2018, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) Responsável(veis) Técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

CNPJ: 74.428.657/0001-90

Registro: 74428657000190

Categoria: Matriz

Capital Social: R\$ 100.000,00

Data do Capital: 23/02/1994

Faixa:

Objetivo Social: ?Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente; serviços de comunicação e multimídia ? SCM; provedores de acesso as redes de comunicações; provedores de voz sobre protocolo internet ? VOIP; serviços de telefonia fixa comutada ? STFC; serviços de redes de transportes de telecomunicações ? SRTT; telefonia móvel celular; serviços móveis pessoais ? SMP; comercio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação; comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia comunicação; reparação e manutenção de equipamentos de comunicação; reparação e manutenção de equipamentos de comunicação; operadoras de televisão por assinatura por cabo; operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas; operadoras de televisão por assinatura por satélite; atividades de monitoramento de sistema de segurança eletrônico; outras atividades de serviços de segurança; manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos; instalação e manutenção elétrica; montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; comercio varejista de material elétrico; comercio atacadista de equipamentos de informática; comercio atacadista de suprimentos para informática; comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; treinamento em informática; Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; Comercio atacadista de ferragens e ferramentas; comercio varejista de ferragens e ferramentas; comercio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico exceto informática e comunicação; comercio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; aluguel de maquinas e equipamentos para escritórios; aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico; instalação de maquinas e equipamentos industriais, e o comercio atacadista de artigos de escritório e de papelaria.

Restrições do Objetivo Social:

Endereço Matriz: RUA GENERAL SEVERIANO, 58, A, VILA INVERNADA, SÃO PAULO, SP, 03350120

Tipo de Registro: Definitivo Empresa

Data Inicial: 24/04/2019

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 2200011388DDBR

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

Informações

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.
- Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Responsáveis Técnicos

Profissional: ANGELO TRINDADE DOS SANTOS

Registro: 25539296842

CPF: 255.392.968-42

Data Início: 24/05/2011

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

TÉCNICO EM ELETRÔNICA

Atribuição: Atribuições conforme estabelecido na Lei 5.524 de 5 de novembro de 1968, no Decreto 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e no Decreto 4.560 de 30 de dezembro de 2002.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 13639 de 26 de Março de 2018

CRT 03

Nº 1561754/2022
Emissão: 08/07/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 727y8

Conselho Regional dos Técnicos Industriais 03

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 13.639/2018, de 26/03/2018, conforme os dados a seguir. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento na referida Lei, que a referida pessoa física não se encontra em débito com o CFT.

Interessado(a)

Profissional: ANGELO TRINDADE DOS SANTOS

Registro: 25539296842

CPF: 255.392.968-42

Endereço: RUA JOSÉ BRÁS MOSCOW, 978, APTO 1408, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES, PE, 54410390

Tipo de Registro: Definitivo

Data de registro: 20/08/2012

Título(s)**TÉCNICO**

TÉCNICO EM ELETRÔNICA

Atribuição: Atribuições conforme estabelecido na Lei 5.524 de 5 de novembro de 1968, no Decreto 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e no Decreto 4.560 de 30 de dezembro de 2002.

Data de Formação: 09/03/2012

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que, caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Lei Federal Nº 13639 de 26 de Março de 2018
Conselho Federal dos Técnicos Industriais

CFT

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1389982/2019

Atividade concluída

Página 1/5

Profissional: **ANGELO TRINDADE DOS SANTOS**
Registro: **RNP: 25539296842**
Título profissional: **TÉCNICO EM ELETRÔNICA**

Número do TRT: **BR20200441412** Tipo de TRT: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **02/01/2020** Baixada em: **03/01/2020**
Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO** Participação técnica: **INDIVIDUAL**
Empresa contratada: **ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME**

Contratante: **PROCURADORIA DA REPUBLICA EM PERNAMBUCO - PRPE** CPF/CNPJ: **26.989.715/0021-56**
Endereço do contratante: **AVENIDA GOVERNADOR AGAMENON MAGALHÃES** Nº: **1800**
Complemento: **Bairro: ESPINHEIRO**
Cidade: **RECIFE** UF: **PE** CEP: **52021170**
Contrato: **01/2016** Celebrado em: **07/01/2016**
Valor do contrato: **R\$ 165.750,80** Tipo de contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO**
Ação institucional: **NENHUM**
Endereço da obra/serviço: **AVENIDA GOVERNADOR AGAMENON MAGALHÃES** Nº: **1800**
Complemento: **Bairro: ESPINHEIRO**
Cidade: **RECIFE** UF: **PE** CEP: **52021170**
Data de início: **07/01/2016** Conclusão efetiva: **02/01/2020**
Finalidade: **Comercial**
Proprietário: **PROCURADORIA DA REPUBLICA EM PERNAMBUCO - PRPE** CPF/CNPJ: **26.989.715/0021-56**

Atividade Técnica: **2 - EXECUÇÃO CFT -> OBRAS E SERVIÇOS - ELÉTRICA -> SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES -> CENTRAL TELEFÔNICA -> #2029 - PABX 43 - MANUTENÇÃO 5.000 ano;**

Observações

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA E SUPORTE TÉCNICO, PREVENTIVO E/OU CORRETIVO, NAS CENTRAIS TELEFÔNICAS ALOCADAS: 01 CENTRAL TELEFÔNICA DA MARCA ERICSSON MODELO MD 110 COM: - 80 RAMAIS ANALÓGICOS - 14 RAMAIS DIGITAIS - 30 TRONCOS DIGITAIS - 06 TRONCOS ANALÓGICOS - 01 DG COM CAPACIDADE PARA 250 RAMAIS - 04 CENTRAIS SIEMENS HIPATH 1150 COM: - 20 RAMAIS ANALÓGICOS - 04 TRONCOS ANALÓGICOS - 02 CENTRAIS SIEMENS MODELO HIPATH 3800 COM: - 72 RAMAIS ANALÓGICOS - 24 RAMAIS DIGITAIS - 30 TRONCOS DIGITAIS - 08 TRONCOS ANALÓGICOS - 01 DG COM CAPACIDADE PARA 250 RAMAIS

Informações Complementares

- O atestado está vinculado apenas para atividades técnicas constantes do TRT, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área de Técnico em Eletrônica. Atividades e quantidades executadas conforme atestado vinculado à presente certidão. TRT de substituição retificadora ao TRT nº BR20190405502

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 4 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1389982/2019
06/01/2020, 14:53
W7Cwd

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 13.639/2018 e Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://corporativo.sinceti.net.br/publicar/>, com a chave: W7Cwd



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 74.428.657/0001-90

C.C.M: 2.234.067-0

Contribuinte : ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA-ME

Pessoa Jurídica : Simples

Tipo de unidade : Produtiva

Endereço : R GAL SEVERIANO 00058

Bairro : VILA INVERNADA

CEP : 03350-120

Telefone : (81) 3361-1121

Início de Funcionamento : 23/02/1994

Data de Inscrição : 02/03/1994

CCM Centralizador : Não consta

Tipo de Endereço : Comercial

Nro. do Contribuinte de IPTU : 053.102.0025-8

Última Atualização Cadastral : 26/11/2018

Credenciamento DEC : 06/05/2016

CNAE			
Código	Descrição	Tipo	Data Início
3313-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	Secundário	23/10/2018
3321-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	Secundário	23/10/2018
4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica	Secundário	23/10/2018
4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	Secundário	23/10/2018
4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	Secundário	23/10/2018
4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	Secundário	23/10/2018
4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	Secundário	23/10/2018
4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	Secundário	23/10/2018
4672-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	Secundário	23/10/2018
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico	Secundário	23/10/2018
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	Secundário	23/10/2018



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 74.428.657/0001-90

C.C.M: 2.234.067-0

4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	Principal	23/10/2018
4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	Secundário	23/10/2018
4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Secundário	23/10/2018
4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	Secundário	23/10/2018
6110-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	Secundário	23/10/2018
6110-8/02	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	Secundário	23/10/2018
6110-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	Secundário	23/10/2018
6120-5/01	Telefonia móvel celular	Secundário	23/10/2018
6120-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	Secundário	23/10/2018
6141-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	Secundário	23/10/2018
6142-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	Secundário	23/10/2018
6143-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	Secundário	23/10/2018
6190-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	Secundário	23/10/2018
6190-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	Secundário	23/10/2018
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	Secundário	23/10/2018
7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	Secundário	23/10/2018
7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	Secundário	23/10/2018
8020-0/01	ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICO	Secundário	23/10/2018
8020-0/02	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA	Secundário	23/10/2018
8599-6/03	Treinamento em informática	Secundário	23/10/2018
9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	Secundário	23/10/2018
9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	Secundário	23/10/2018
9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	Secundário	23/10/2018



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 74.428.657/0001-90

C.C.M: 2.234.067-0

Código(s) de tributo(s)				
Código	Data de Início	Tributo	Aliquota do Imposto	Qtd.Anúncios
1023	23/10/2018	ISS	5	
1880	01/03/2004	ISS	5	
2151	23/10/2018	ISS	5	
2919	23/10/2018	ISS	2,9	
3115	01/03/2004	ISS	5	
5762	23/10/2018	ISS	5	
7285	23/10/2018	ISS	5	
7315	23/10/2018	ISS	5	
7439	23/10/2018	ISS	5	
7447	23/10/2018	ISS	5	
7498	23/10/2018	ISS	5	
7870	23/10/2018	ISS	2	
30201	23/10/2018	TFE	-	

Expedida em 18/07/2022 **via Internet** com base na Portaria SF nº 018/2004, de 25 de março de 2004.

A Ficha de Dados Cadastrais (FDC) tem os mesmos efeitos da Declaração Cadastral, informando a condição cadastral mobiliária do contribuinte perante a municipalidade (ativo ou cancelado), além de outros dados cadastrados no órgão fiscal emissor do presente documento, sendo válida por 3 meses a contar da data de emissão.

Código para verificação de autenticidade: **c3KSa26R**

Data de validade: **18/10/2022**

Licitação [nº 948761] e Lote [nº 1]

Responsável

JANDIR BANDIERA

Pregoeiro

RAFAELA SCHEREINER

Apoio

JAYME LAZZARETTI

Lista de fornecedores

	Participante	Segmento	Situação	Lance	Data/Hora lance
1	ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME	ME*	Arrematante	R\$ 201.400,00	19/07/2022 09:24:53:269

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

* Tipo de segmento declarado no ato de entrega da proposta. Não necessariamente reflete o tipo de segmento atualmente declarado.

Legenda dos tipos de segmentos: OE-Outras Empresas | ME-Micro Empresa | COOP-Cooperativa | ND-Não definido

Lista de mensagens

Data e hora do registro	Participante	Mensagem
19/07/2022 14:53:59:264	SISTEMA	Começou a disputa do lote.
19/07/2022 14:53:59:264	SISTEMA	A melhor proposta foi de R\$201.400,00, que é o menor valor ofertado para este lote.
19/07/2022 14:53:59:264	SISTEMA	Existem entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) de que intervalos de tempo entre lances representam mais uma solução na busca de isonomia entre licitantes.
19/07/2022 14:53:59:264	SISTEMA	Em atendimento do Acórdão do TCU nº 1216/2014 - Plenário, poderá ser demandado o preenchimento de CAPTCHA entre os lances de um mesmo fornecedor.
19/07/2022 14:53:59:264	SISTEMA	O tempo mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de 5 segundo(s), - quando este não for o melhor da sala.
19/07/2022 14:53:59:264	SISTEMA	O tempo mínimo entre fornecedores em relação ao melhor lance da sala deverá ser de 5 segundo(s).
19/07/2022 14:53:59:264	SISTEMA	O valor mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de R\$0,01 - quando este não for o melhor da sala.
19/07/2022 14:53:59:264	SISTEMA	O valor mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de R\$0,01 - quando este não for o melhor da sala.
19/07/2022 14:59:22:276	SISTEMA	Atenção: encerramento iminente da fase inicial de lances.
19/07/2022 14:59:52:276	SISTEMA	O tempo normal de disputa do lote foi encerrado. Até agora, o melhor valor oferecido foi de R\$201.400,00
19/07/2022 15:04:53:276	SISTEMA	Não há fornecedores em situação de empate conforme a Lei Complementar N.123 ou a Lei N.11.488/07 (Lei das Cooperativas).
19/07/2022 15:04:53:276	SISTEMA	O tempo randômico foi encerrado, sendo decorrido 05 minutos e 31 segundos nesta fase.
19/07/2022 15:04:53:276	SISTEMA	A menor proposta foi dada por ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME no valor de R\$201.400,00.
19/07/2022 15:04:53:276	SISTEMA	A disputa do lote está aberta para considerações finais do Pregoeiro.
19/07/2022 15:05:11:667	SISTEMA	A disputa do lote foi definitivamente encerrada.
19/07/2022 15:07:04:351	PREGOEIRO	Favor encaminhar a proposta atualizada conforme solicitado em edital bem como a documentação de habilitação para o email licitapmcds@hotmail.com no prazo de até 1 dia útil

Mostrando de 1 até 16 de 16 registros

Legenda das cores do tipos de mensagens: recurso | chat | outras

Lista de lances

	Data/Hora lance	!	Lance	Nome do fornecedor
1	19/07/2022 09:24:53:269	---	R\$ 201.400,00	ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Importante: a coluna "!" exibe as não conformidades detectadas em relação aos "lances registrados irregularmente" que não atenderam as regras de negócios estabelecidas para a participação da fase de disputa do lote da licitação. Quando a informação exibida for "---" o registro do lance está em conformidade.

Histórico da análise das propostas e lances

Data/Hora	19/07/2022 15:05:11:667 - Arrematado
Data/Hora	19/07/2022 15:06:12:645 - Declarado vencedor
Data/Hora	21/07/2022 10:29:49:551 - Adjudicado
Fornecedor	ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME
Contratado	R\$ 201.400,00

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dependência: MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - (PR)

Licitação: (Ano: 2022/ MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES / Nº Processo: 95)

às 14:53:59 horas do dia 19/07/2022 no endereço AV ARAUCARIA-3120, bairro CENTRO, da cidade de CORONEL DOMINGOS SOARES - PR, reuniram-se o Pregoeiro da disputa Sr(a). RAFAELA SCHEREINER, e a respectiva Equipe de Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do Pregão Nº Processo: 95 - 2022/48 que tem por objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia pra atender a demanda da municipalidade.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE TELEFONIA, INCLUINDO MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTERNOS E EXTERNOS, COM INSTALAÇÃO DE RAMAIS E FIAÇÃO, INTERNOS E EXTERNOS, PROGRAMAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, INSTALAÇÃO, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS TIPO MONOCANAL DE SISTEMAS DE TELEFONIA RURAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CRRETIVA DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TORRES E ANTENAS UTILIZADAS PARA COMUNICAÇÃO NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICIPIO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
19/07/2022 09:24:53:269	ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME	R\$ 201.400,00

Após a etapa de lances, Com disputa em sessão pública, foram apresentados os seguintes menores preços:

Lote (1) - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE TELEFONIA, INCLUINDO MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTERNOS E EXTERNOS, COM INSTALAÇÃO DE RAMAIS E FIAÇÃO, INTERNOS E EXTERNOS, PROGRAMAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, INSTALAÇÃO, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS TIPO MONOCANAL

DE SISTEMAS DE TELEFONIA RURAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CRRETIVA DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TORRES E ANTENAS UTILIZADAS PARA COMUNICAÇÃO NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
19/07/2022 09:24:53:269	ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME	R\$ 201.400,00

Encerrada a etapa de lances foi verificada a regularidade da empresa que ofertou o menor preço. Após confirmada a habilitação da proponente e examinada pelo Pregoeiro da disputa e a Equipe de Apoio a aceitabilidade da proposta de menor preço, quanto ao objeto bem como quanto à compatibilidade do preço apresentado com os praticados no mercado e o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro decidiu:

No dia 19/07/2022, às 15:05:11 horas, no lote (1) - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE TELEFONIA, INCLUINDO MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTERNOS E EXTERNOS, COM INSTALAÇÃO DE RAMAIS E FIAÇÃO, INTERNOS E EXTERNOS, PROGRAMAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, INSTALAÇÃO, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS TIPO MONOCANAL DE SISTEMAS DE TELEFONIA RURAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CRRETIVA DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TORRES E ANTENAS UTILIZADAS PARA COMUNICAÇÃO NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: Atualização efetuada - servidor: pxl0aop00003_multisalas-01. No dia 19/07/2022, às 15:06:12 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/07/2022, às 15:06:12 horas, no lote (1) - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE TELEFONIA, INCLUINDO MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTERNOS E EXTERNOS, COM INSTALAÇÃO DE RAMAIS E FIAÇÃO, INTERNOS E EXTERNOS, PROGRAMAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, INSTALAÇÃO, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS TIPO MONOCANAL DE SISTEMAS DE TELEFONIA RURAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CRRETIVA DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TORRES E ANTENAS UTILIZADAS PARA COMUNICAÇÃO NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: Declarado vencedor por apresentar melhor proposta. No dia

21/07/2022, às 10:29:49 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 21/07/2022, às 10:29:49 horas, no lote (1) - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE TELEFONIA, INCLUINDO MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTERNOS E EXTERNOS, COM INSTALAÇÃO DE RAMAIS E FIAÇÃO, INTERNOS E EXTERNOS, PROGRAMAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, INSTALAÇÃO, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS TIPO MONOCANAL DE SISTEMAS DE TELEFONIA RURAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TORRES E ANTENAS UTILIZADAS PARA COMUNICAÇÃO NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: Adjudicado por cumprir com os requisitos da habilitação.

No dia 21/07/2022, às 10:29:49 horas, no lote (1) - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE TELEFONIA, INCLUINDO MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTERNOS E EXTERNOS, COM INSTALAÇÃO DE RAMAIS E FIAÇÃO, INTERNOS E EXTERNOS, PROGRAMAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, INSTALAÇÃO, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS TIPO MONOCANAL DE SISTEMAS DE TELEFONIA RURAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TORRES E ANTENAS UTILIZADAS PARA COMUNICAÇÃO NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME com o valor R\$ 201.400,00.

Publicada a decisão, nesta sessão, e nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro da disputa declarou encerrados os trabalhos. Anexo a ata segue relatório contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo.


RAFAELA SCHEREINER

Pregoeiro da disputa


JANDIR BANDIERA

Autoridade Competente


JAYME LAZZARETTI

Membro Equipe Apoio

Proponente:

74.428.657/0001-90 ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA ME



MANIFESTAÇÃO JURÍDICA N.º 408/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 95/2022

PREGÃO N.º 48/2022 - ELETRÔNICO

Cumprimentando-a cordialmente, em resposta à solicitação da Sra Pregoeira de confecção de parecer jurídico da "fase externa", após a realização da disputa do certame no processo licitatório mencionado na referida solicitação, informo, desde logo, que não há previsão legal para a emissão de parecer jurídico na fase externa na licitação.

Em caso de entendimento diverso, como o parecer final visa evitar responsabilidades ao Gestor posto que é solicitado antes da homologação, ele deve ser exarado pela Assessoria Jurídica de Gabinete e/ou servidor do próprio controle interno.

Tal posicionamento, pela ausência de previsão legal, acompanha exatamente o previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, que dispõe que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Como documento vinculativo, obrigacional, e que estabelece condições a serem praticadas na futura contratação, é razoável entender que há, mesmo, necessidade de exame e aprovação por assessoria jurídica da administração, até para evitar o cometimento de ilegalidades ou a assunção de compromissos sem respaldo na legislação em vigor.

Ocorre que, após a realização da disputa do certame, a minuta do Edital e Contratos previamente avaliados via parecer jurídico somente contemplará, via de regra, os (i) dados do licitante vencedor, (ii) a vigência dos preços e (iii) o valor dos produtos e/ou serviços a serem registrados/contratados. Nada mais. Todo o conteúdo jurídico já estaria previamente aferido, como manda a lei, sob a ótica jurídica.

Nesse sentido, em tese, não haveria necessidade de retorno dos autos do procedimento licitatório para novo exame e convalidação jurídica que já teria sido quando do exame do edital, bastando o preenchimento dos dados apurados na licitação em relação ao licitante vencedor, preço e vigência para que o documento, uma vez firmado por ambas as partes – administração pública e particular, passasse a produzir efeitos.

O Tribunal de Contas da União, baluarte na orientação dos órgãos e entidades da Administração Pública federal, por meio de publicação oficial, aduz que a fase externa do certame é integrada pelos seguintes itens e procedimentos:

FASE EXTERNA (OU EXECUTÓRIA)

Licitação, na chamada fase externa, tem continuidade com a divulgação do ato convocatório. Estende-se à contratação do fornecimento do bem, execução da obra ou prestação do serviço.

Nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, essa etapa da licitação submete-se principalmente aos seguintes procedimentos sequenciais, em que a realização de determinado ato depende da conclusão do antecedente:

- publicação do resumo do ato convocatório;
- fase impugnatória, com republicação do edital e reabertura do prazo, quando for o caso;



- recebimento dos envelopes com a documentação e as propostas;
- abertura dos envelopes com a documentação;
- verificação da habilitação ou inabilitação dos licitantes;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- abertura dos envelopes com as propostas;
- julgamento das propostas;
- declaração do licitante vencedor;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- homologação / aprovação dos atos praticados no procedimento;
- adjudicação do objeto à licitante vencedora;
- empenho da despesa;
- assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

Não há, por parte do referido Órgão de Controle externo, referência ao exame da fase externa do certame, pela assessoria jurídica/procuradoria, como condição de procedibilidade ou validade do certame realizado pelo ente licitante.

Aliás, na mesma publicação, o Tribunal de Contas da União afirma que:

Exame e aprovação da assessoria jurídica Minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. Quanto a convite, é dispensável aprovação das respectivas minutas. A legislação não exige que os atos convocatórios de licitações realizadas nessa modalidade sejam examinados pelo setor jurídico.

(...)

É permitida a utilização de modelos padronizados de editais e de contratos previamente submetidos à análise da área jurídica do órgão ou entidade contratante. Nesses modelos, o gestor limita-se a preencher dados específicos da contratação, sem alterar quaisquer condições ou cláusulas anteriormente examinadas. (g.n.) BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência; Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. p. 279.

No processo em tela, portanto, previamente examinado e aferido quanto aos contornos jurídicos, é possível inferir sobre a dispensabilidade de novo exame, inclusive sobre a fase externa do certame, não exigida pela legislação em vigor.

E é o próprio Tribunal de Contas da União que assim refere:

A despeito de haver decisões do TCU que determinam a atuação da assessoria jurídica em cada procedimento licitatório, o texto legal - parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993 - não é expreso quanto a essa obrigatoriedade. Assim, a utilização de minutas-padrão, guardadas as necessárias cautelas, em que, como assevera o recorrente, limita-se ao preenchimento das quantidades de bens e serviços, unidades favorecidas, local de entrega dos bens ou prestação dos serviços, sem alterar quaisquer das cláusulas desses instrumentos previamente examinados pela assessoria jurídica, atende aos princípios da legalidade e também da eficiência e da proporcionalidade. Acórdão nº 1504/2005 - TCU - Plenário. Voto do Ministro Relator.

Diante disso, é possível concluir que não haveria necessidade de que a equipe jurídica da Administração:

- a) Se pronunciasse, ex vi legis, sobre a fase externa da licitação; e
- b) Examinasse e aprovasse, novamente, as minutas de editais, contratos e/ou atas de registro de preços já anteriormente examinadas e aferidas, cujas modificações compreendessem apenas o preenchimento de campos que só seriam passíveis de preenchimento após a realização do certame, quais sejam, os dados do licitante vencedor, os preços a serem registrados e a vigências das respectivas atas, tendo em vista não haver qualquer alteração de conteúdo obrigacional em relação aos referidos documentos.

Diante das considerações anteriores extraídas da Lei e da Jurisprudência, nossa manifestação se restringe a relatar resumidamente, as ocorrências da fase externa, observado o contido em ata e documentos correlatos:



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

115

1. Traz a análise certame licitatório supra mencionado que objetiva, conforme detalhado em edital e seus anexos:

Contratação de serviços de manutenção em sistemas de telefonia da municipalidade


2. Conforme determina a Lei 10.520/02, a convocação dos licitantes se deu através dos seguintes veículos e respectivas datas, além da inserção do edital na íntegra no "portal de transparência" do Município, e seu extrato no "mural de licitações" do TCE-PR:

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS

07/07/2022

- a. Foi, ainda, inserido o edital e seus anexos na íntegra no "portal de transparência" do Município em seu site, com disposição a partir da data de publicação acima.
3. A data de abertura foi estabelecida em prazos necessários com respeito os mínimos previstos em Lei, a qual foi designada para 19/07/2022.
4. Quanto a interposição de impugnação/recursos/pedidos de esclarecimento por parte eventuais interessados em relação ao instrumento convocatório: não verificamos, anexo ao processo, a ocorrência de eventos desta natureza.
5. No dia, hora e local designados para a sessão pública apurou-se a existência de um proponente(s), conforme consignado em ata.
6. Decorrida a etapa de lances, a configuração dos vencedores assim foi finalizada:
Item 01 – Ascot Telecomunicações Ltda ME ao custo de R\$ 201.400,00;
7. Tendo sido apreciada(s) a(s) proposta(s) de valores, passou-se imediatamente para a fase de habilitação que restou superada com a habilitação do(s) vencedor(es) sem ressalvas.
8. Ultrapassada a fase de habilitação do(s) proponente(s) a Sra pregoeira adjudicou o(s) objeto(s) em favor do(s) licitante(s) em: 21/07/2022.
9. Deixa-se de analisar os demais documentos apresentados pela(s) empresa(s) participante(s) bem como os conteúdos e detalhamentos de proposta(s), tendo em vista ser esta obrigação do(a) Pregoeiro(a), conforme art. 4º, inciso XII e seguintes da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 43, inciso I e seguintes, da Lei nº 8.666/1993.
10. Não restam, até o momento, manifestações ou razões recursais de qualquer ordem para serem analisadas.
11. Diante do exposto, após serem as laudas dos Autos numeradas e rubricadas, remeta-se o presente processo licitatório ao Chefe do Executivo Municipal, a quem caberá a decisão sobre a sua homologação, consultado o controle interno e sua assessoria jurídica, se assim entender oportuno.

Coronel Domingos Soares/PR, 21 de julho de 2022.


Rogério Everaldo Schmidt
Procurador - OAB-PR 59902
Portaria 159/2015



ADJUDICAÇÃO

Pregão 48/2022

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, no respectivo valor do lote/item, conforme descrito em ata do dia 19/07/2022, para o(s) proponente(s) abaixo:

- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia pra atender a demanda da municipalidade

Vencedor(es):

ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE TELEFONIA, INCLUINDO MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTERNOS E EXTERNOS, COM INSTALAÇÃO DE RAMAIS E FIAÇÃO, INTERNOS E EXTERNOS, PROGRAMAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, INSTALAÇÃO, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS TIPO MONOCANAL DE SISTEMAS DE TELEFONIA RURAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TORRES E ANTENAS UTILIZADAS PARA COMUNICAÇÃO NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.	SERV	1.900,00	106,00	201.400,00
TOTAL						201.400,00

2. Pelo presente ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em transito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e consequente homologação, se esta assim entender conveniente.

Centro Administrativo Adão Reis, em 21/07/2022.


RAFAELA SCHEREINER

094.850.889-22
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ADJUDICAÇÃO

Pregão 48/2022

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, no respectivo valor do lote/ítem, conforme descrito em ata do dia 19/07/2022, para o(s) proponente(s) abaixo:
- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia pra atender a demanda da municipalidade
Vencedor(es):

ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unid.	Quant.	Preço	Preço total
1	1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE TELEFONIA, INCLUINDO MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTERNO E EXTERNOS, COM INSTALAÇÃO DE RANXIS E FIAÇÃO, INTERNO E EXTERNOS, PROGRAMAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, INSTALAÇÃO, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS TIPO MONOCANAL DE SISTEMAS DE TELEFONIA RURAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIMA DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TORRES E ANTENAS UTILIZADAS PARA COMUNICAÇÃO NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.	SERV	1.800,00	100,00	201.400,00
TOTAL						201.400,00

2. Pelo presente ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em trânsito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e consequente homologação, se esta assim entender conveniente. Centro Administrativo Adão Reis, em 21/07/2022.

RAFAELA SCHEREINER - 094.850.889-22 - Pregoeira

Assinatura



HOMOLOGAÇÃO

Pregão 48/2022

1. Ficam homologados os atos da sra. Pregoeira pertinente ao processo de licitação supra numerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia pra atender a demanda da municipalidade.

2. Pelo presente ficam intimados os interessados na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame.

Centro Administrativo Adão Reis, em vinte e um dias de julho de 2022.

JANDIR BANDIERA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

HOMOLOGAÇÃO

Pregão 48/2022

1. Ficam homologados os atos da sra. Pregoeira pertinente ao processo de licitação supra numerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia pra atender a demanda da municipalidade.

2. Pelo presente ficam intimados os interessados na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame.

Centro Administrativo Adão Reis, em vinte e um dias de julho de 2022.

JANDIR BANDIERA - Prefeito

Doc 05/1943



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

120

CONTRATO Nº. 97/2022

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 48/2022

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 48/2022 -Eletrônico, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 19/07/2022 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito Jandir Bandiera, de CPF nº 383803310-87 em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade.

CONTRATADA: ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede a RUA GENERAL SEVERIANO, 58A - CEP: 03350120 - BAIRRO: VILA INVERNADA, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob nº 74.428.657/0001-90 neste ato devidamente representada por VIVIANE ROSE NOVO TRINTADE DOS SANTOS de CPF 275.968.818-66.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia pra atender a demanda da municipalidade,

ITENS								
Lote	Item	Código do produto	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	6800	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE TELEFONIA, INCLUINDO MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTERNOS E EXTERNOS, COM INSTALAÇÃO DE RAMAIS E FIAÇÃO, INTERNOS E EXTERNOS, PROGRAMAÇÃO, RECONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, INSTALAÇÃO, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS		SERV	1.900,00	106,00	201.400,00



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

121

			TIPO MONOCANAL DE SISTEMAS DE TELEFONIA RURAL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CRRETIVA DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TORRES E ANTENAS UTILIZADAS PARA COMUNICAÇÃO NA SEDE E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.					
TOTAL								201.400,00

que a CONTRATADA se declara em condições de entrega-lo com estrita observância do indicado nas especificações e na documentação levada a efeito pelo edital de Pregão Eletrônico nº. 48/2022, devidamente homologado pelo CONTRATANTE em data de 21/07/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição total do BEM relacionado na Cláusula Primeira a importância de R\$ 201.400,00 (Duzentos e Um Mil e Quatrocentos Reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

3.1.1 As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no compraspmcds@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura e/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A contratada deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O pagamento decorrente da aquisição prevista no presente contrato correrá por conta dos recursos orçamentários abaixo especificados:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	460	03.001.04.122.0003.2007	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	610	03.003.04.122.0003.2009	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

122

2022	1490	05.001.10.301.0005.2020	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1500	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1600	05.001.10.302.0005.2021	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1610	05.001.10.302.0005.2021	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1740	05.001.10.303.0005.2022	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1750	05.001.10.303.0005.2022	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1900	05.001.10.304.0005.2023	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1910	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2070	05.002.10.301.0005.2024	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2080	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2370	06.001.08.244.0006.6028	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2630	06.003.08.244.0006.2033	940	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2755	06.003.08.244.0006.2035	940	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

O faturamento e emissão de notas fiscais deverão ocorrer conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

A entrega do objeto licitado ocorrerá no prazo de até **10 Dias** após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O objeto deverá ser entregue conforme solicitado pelos departamentos requisitantes, no município de Cel. Domingos Soares– PR.

PARAGRAFO SEGUNDO: A contratada se obriga entregar o objeto em conformidade com a marca, preço e quantidade especificada em sua proposta, sendo que, as despesas pertinentes à entrega (frete, seguro e etc.) correrão às suas expensas.

PARAGRAFO TERCEIRO: O objeto terá que estar acompanhado da Nota Fiscal de Venda, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

PARAGRAFO QUARTO: A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) objeto(s) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, sendo que, o mesmo terá que ser novo e em perfeita condições de funcionamento, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

PARAGRAFO QUINTO: Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador.

PARAGRAFO SEXTO: O objeto deverá ser fornecido, sem ônus adicional para o contratante.

PARAGRAFO SÉTIMO: No ato de entrega, o objeto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 03 (três) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- Deverá conter discriminação detalhada do objeto a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

PARAGRAFO OITAVO: Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

PARAGRAFO DÉCIMO: Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: No valor contratual estão computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da contratada.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

123

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do objeto da presente contrato é de 60 meses de 22/07/2022 à 21/07/2027, e execução 12 meses contados a partir do dia 22/07/2022 e termino no dia 21/07/2023, podendo o mesmo ser dilatado ou diminuído, conforme conveniência das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

No ato de entrega do objeto contratual, a contratada terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens tidos como permanentes e de 3(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo quando a descrição do item dispuser em edital de forma diferente.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A garantia ofertada deverá suportar as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação e de funcionamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS BENS

O objeto ora licitado será recebido e inspecionado pela direção do departamento municipal requisitante, na pessoa do responsável designado pelo Diretor do Departamento, o qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado

PARAGRAFO ÚNICO: Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICIPIO.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

16.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referencia os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR DO CONTRATO

Fica designado para atuar como gestor do contrato, após a assinatura deste, o diretor do Departamento requisitante, aos quais acompanharão todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
 - d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
 - e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

124

pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto dentro dos padrões de qualidade exigidos;
- b) Obedecer o prazo de entrega estipulado; e,
- c) Suportar as despesas provenientes de frete, seguro e outras que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- b) Fornecer todos os dados e especificações necessárias a completa e correta execução do objeto;
- c) Comunicar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, o licitante que cometer as infrações estabelecidas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas no edital:

- a) Advertência;
- b) Multa de:
 - b.1) 1% (um por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso ou execução parcial, limitado a trinta dias.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

125

b.1.1) Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nas letras "b.2" e "c".

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA o que caracteriza a inexecução da obrigação assumida.

c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Uma vez configurado o inadimplemento contratual, a multa de que trata o item anterior será deduzida do pagamento devido pela Prefeitura ao adjudicatário, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após a conclusão do processo administrativo, garantida ampla defesa, serão devolvidos os valores retidos na forma do item anterior corrigidos pelo índice da poupança, caso o julgamento seja favorável ao licitante.

PARÁGRAFO QUARTO: Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não procedidos da competente prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93, pelos Princípios de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos aplicando-se os preceitos legais referidos no "caput" desta Cláusula, na doutrina e jurisprudência aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Infringência de qualquer obrigação aqui ajustada, conforme estabelece o artigo 77 da Lei nº. 8.666/93; ou,

b) Pela materialização de qualquer das causas mencionadas no art. 78 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca da Comarca de Palmas/PR, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os efeitos legais.

Cel. Domingos Soares-PR, em 22/07/2022


JANDIR BANDIERA
38380331087


JONAS DOS SANTOS BUENO
09796072998


JAYME LAZZARETTI
31822614953

VIVIANE ROSE NOVO
TRINDADE DOS
SANTOS:27596881866

Assinado de forma digital por
VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE
DOS SANTOS:27596881866
Dados: 2022.07.27 08:45:59 -03'00'

**VIVIANE ROSE NOVO TRINDADE DOS
SANTOS**
27596881866

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES**EXTRATO DO CONTRATO Nº 97/2022 – Data 22/07/2022**

Ref. Pregão 48/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pelo prefeito Jandir Bandiera, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Avenida Araucária, 2913, apto 101 de CPF nº. 383.803.310 – 87 e RG nº 15.546.648 – 0 (SSP/PR). CONTRATADO(A): ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA, Sediada na RUA GENERAL SEVERIANO, 58A-CEP: 03350120-BAIRRO: VILA INVERNADA, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob nº 74.428.657/0001-90

OBJETO(S): Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistema de telefonia pra atender a demanda da municipalidade - VALOR CONTRATUAL: R\$ 201.400,00(Duzentos e Um Mil e Quatrocentos Reais), respeitados os valores individuais.

FORMA DE PAGAMENTO: Até 30 dias após emissão de nota fiscal.

Prazo de execução/entrega: 12 meses - Prazo de vigência: 60 meses

FORO: Comarca de Palmas-PR. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	460	03.301.04.122.0003.2007	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	616	03.303.04.122.0003.2009	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1480	05.301.10.301.0005.2020	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1600	05.301.10.301.0005.2020	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1600	05.301.10.302.0005.2021	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1610	05.301.10.302.0005.2021	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1740	05.301.10.303.0005.2022	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1750	05.301.10.303.0005.2022	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1800	05.301.10.304.0005.2023	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1810	05.301.10.304.0005.2023	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2070	05.302.10.301.0005.2024	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2080	05.302.10.301.0005.2024	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2370	05.001.08.244.0006.2028	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2630	05.003.08.244.0006.2033	940	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2755	05.003.08.244.0006.2035	940	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

03/02/2022